

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

“Temos uma forma séria e alternativa” de responder à crise:
“aumentar a competitividade”
e não estimular o endividamento
das empresas



Em “Actividades da Presidência”

Destaques:

“Só falarei verdade aos portugueses e só defenderei aqueles pontos que são necessários e exigentes para o crescimento do nosso País”

Pag. 2 e seguintes

Está condenada ao fracasso a tentativa do PS para obrigar os emigrantes a deslocarem-se aos postos diplomáticos portugueses nas eleições legislativas

Em “Actividades do PSD”

O erro de Sócrates é o mesmo de Guterres: bloquear com dívidas o próximo surto de crescimento económico.

Em “A opinião dos Outros”
- César das Neves



“Temos uma forma séria e alternativa” de responder à crise:

“aumentar a competitividade” e não estimular o endividamento das empresas

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, garantiu na passada quinta-feira que os sociais-democratas tem “uma forma séria e alternativa” de responder à crise, salientando ser necessário “aumentar a competitividade” e não estimular o endividamento das empresas.

“Esta crise é uma crise de confiança, a política que se faz no sentido de ajudar as empresas oferecendo mais crédito é uma política completamente errada”, afirmou Ferreira Leite, no final de uma audiência com a ANTRAM (Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias).

Questionada sobre o Orçamento Suplementar apresentado pelo Governo, que hoje está a ser debatido e votado no Parlamento, a líder da oposição lamentou que as propostas do PSD devam voltar a ser chumbadas, tal como aconteceu na discussão do Orçamento de Estado.

“Gostava que o Governo percebesse que as propostas do PSD constituem uma forma séria e alternativa de combate a esta crise”, disse, considerando que essencialmente seriam medidas de estímulo à competitividade.

Para a presidente social-democrata, “enquanto o Governo continuar a atirar para todos os lados” vão continuar “as falências todos os dias e empresas a fechar”.

“Há uma orientação completamente diversa que propomos e tenho pena que o Governo não entenda que há uma outra forma de encarar a crise”, disse.

Descida da taxa social única, alteração do regime de pagamento do IVA, pagamento das dívidas do Estado às empresas ou extinção do Pagamento Especial por Conta foram algumas das propostas de alteração apresentadas pelo PSD ao Orçamento Suplementar.

Outras propostas sociais-democratas são o pagamento do IVA apenas no momento de emissão da factura, a possibilidade da compensação de créditos entre o Estado e as empresas, a eliminação do



Pagamento Especial por Conta, a descida em 2 por cento da Taxa Social única e o alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

Manuela Ferreira Leite, acusou também o Governo de faltar às promessas que fez aos camionistas, considerando que esta é “uma forma imprópria de fazer política”.

“Esta forma de fazer política, em que não há uma relação de confiança entre o Governo e os agentes económicos é o que há de mais impróprio”, criticou Ferreira Leite., na mesma ocasião.

A presidente do PSD recordou que em Junho, na sequência da greve dos camionistas, a ANTRAM assinou um acordo com o Governo, e lamentou que “passado este tempo nada esteja cumprido”.

“Como é possível que haja um acordo assinado entre membros do Governo e não haja nada cumprido?”, criticou a

líder da oposição.

No final da audiência, o presidente da ANTRAM, António Mousinho, alertou para a difícil situação do sector, com quebras de mais de 30 por cento, cerca de 15.000 camiões parados, e não excluiu a possibilidade de novos protestos.

“Ninguém sabe. O que posso dizer é que se a situação social se agravar, com empresas a encerrarem todos os dias, é difícil que não aconteça”, afirmou o presidente da ANTRAM.

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, não se demarcou da campanha da JSD, que associa o primeiro-ministro ao Pinóquio, salientando que “há muitas promessas não cumpridas” pelo Governo socialista.

Já no final da audiência e ainda na ocasião da breve conferência de Imprensa, a líder do PSD foi questionada sobre os outdoors da JSD, Ferreira Leite

salientou que já foram dadas explicações pelo presidente desta estrutura, Pedro Rodrigues, e manifestou compreensão pela iniciativa.

“Comprendemos que a JSD é sempre mais irreverente. E há um ponto que me parece evidente: nós vamos continuar a fazer oposição, mais irreverente nos mais jovens - a JSD, claro - e mais ‘reverente’, na Direcção Nacional do PSD”, garantiu.

Para a líder do PSD, “há promessas importantes em com as quais o Governo PS ganhou eleições e não está a cumprir”.

“De forma mais irreverente, como faz a JSD, ou mais reverentes, como faz a comissão política do PSD, vamos continuar” a fazer oposição, reiterou.

A JSD afixou cartazes que, sob o título “Pinócrates”, exibem uma montagem fotográfica do primeiro-ministro José Sócrates com um nariz de Pinóquio e lhe atribuem a promessa incumprida de criar 150 mil novos postos de trabalho.

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, já tinha pedido à líder social-democrata que esclarecesse o que pensava desta campanha da JSD.

Instada a comentar declarações de Santos Silva, quarta-feira à noite, em que o dirigente socialista diz gostar de “malhar na direita”, a líder do PSD recusou responder dizendo tratar-se de “política interna” e recusou novamente comentar o caso Freeport.

“Já me pronunciei mais do que uma vez sobre essa matéria. Considero inoportuno fazer qualquer comentário quando essa matéria é de natureza judicial”, disse.



- Fonte: Povo Livre e Lusa



A posição do PSD sobre voto dos emigrantes, confirmada pelo Presidente da República

O Presidente da República devolveu à Assembleia a lei do PS que imporia o voto presencial nas legislativas, contra a qual Manuela Ferreira Leite há muito tempo se vinha pronunciando, pois sempre defendeu que o voto dos emigrantes deveria ser facilitado pelo recurso ao voto por correspondência. Principalmente agora quando a rede consular foi substancialmente reduzida. Para a aprovar de novo só com dois terços dos deputados. Um resultado impossível por desacordo do PS com o PSD. Resultado: o projecto morreu.

Está condenada ao fracasso a tentativa do PS para obrigar os emigrantes a deslocarem-se aos postos diplomáticos portugueses nas eleições legislativas, impedindo-lhes o voto por correspondência.

O projecto de lei, aprovado na Assembleia da República pelo PS (em conjunto com a esquerda parlamentar), foi vetado pelo Presidente da República.

Para o reaprovar no Parlamento, ignorando as reservas presidenciais, seriam precisos dois terços dos votos. Só que nem o PSD nem o CDS estão dispostos a isso - muito pelo contrário. Os dois partidos saudaram, elogiando, o veto do Presidente. Tudo aponta, portanto, para que nada de essencial mude na lei. Os emigrantes poderão continuar a votar nas legislativas por correspondência, sem serem obrigados a deslocar-se aos postos diplomáticos portugueses (consulados, embaixadas). Ao contrário do que acontece nas presidenciais, onde só podem votar presencialmente (mas esse voto não estava em causa na lei ontem vetada).

Cavaco Silva vetou a lei argumentando que “iria promover a abstenção eleitoral” visto que “obrigaria milhares de pessoas a percorrerem centenas ou milhares de quilómetros para exercerem um direito fundamental.” Segundo acrescentou, “constitui um imperativo nacional combater a abstenção eleitoral e promover a ligação dos cidadãos emigrantes a Portugal”.

Cavaco Silva explicitou mesmo um dado “extremamente revelador” de

como a abstenção poderia disparar: “A participação dos eleitores residentes no estrangeiro em actos eleitorais é significativamente mais elevada, em cerca do dobro, nas eleições para a Assembleia da República, em que o voto por correspondência é permitido, do que nas eleições para a Presidência da República, em que o voto presencial é obrigatório.”

Disse ainda na mensagem enviada à Assembleia da República que impõe o voto presencial nas eleições legislativas equivaleria a “romper [com] uma tradição enraizada há mais de trinta anos”.

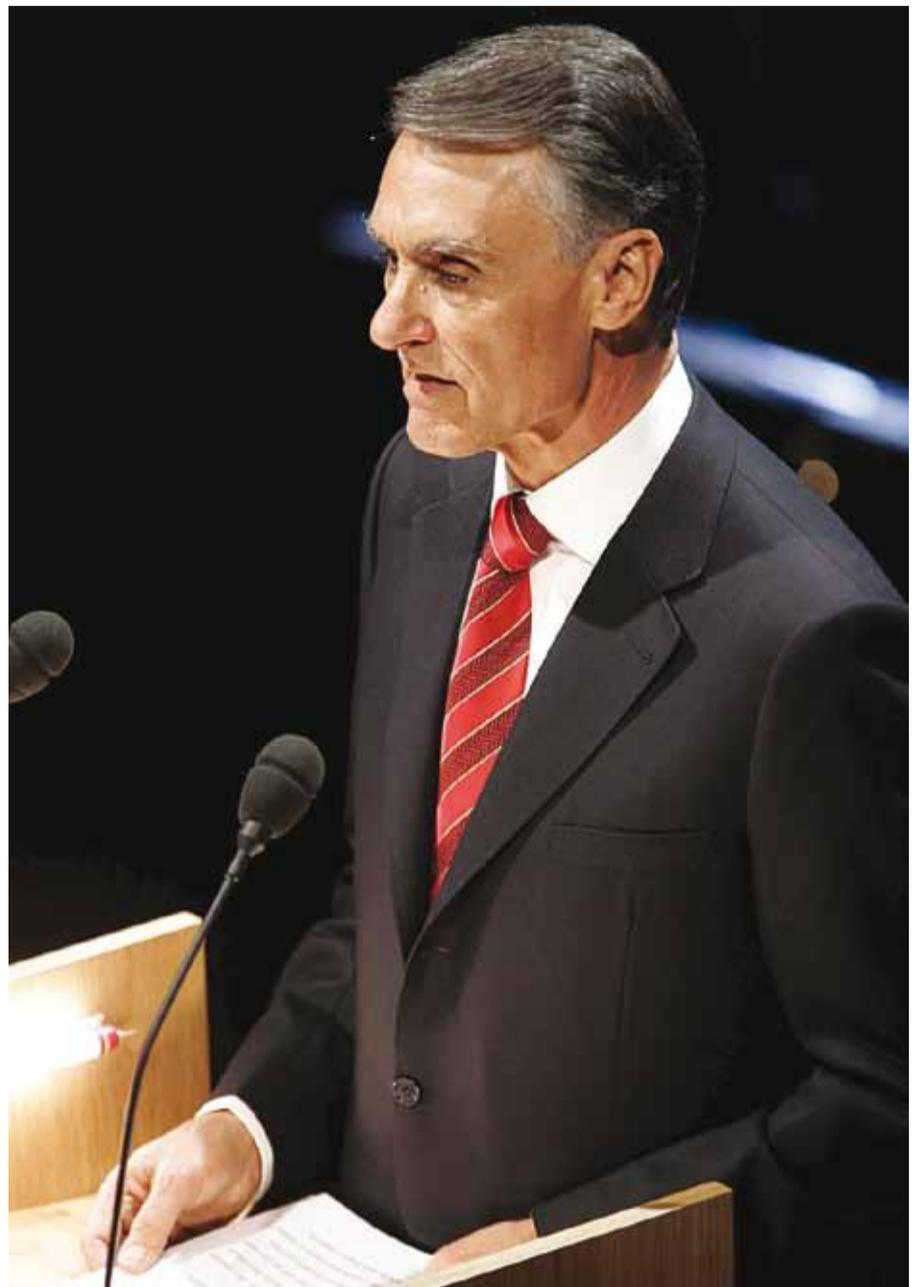
Admitir-se agora uma mudança da lei só poderia acontecer caso se verificasse “uma de duas situações: que, ao fim de mais de trinta anos de vigência, o regime a que agora se pretende pôr termo, tenha dado azo à prática sistemática de fraudes ou ilícitos eleitorais; ou concluir-se que tal regime, que vigora desde 1976, é contrário aos princípios constitucionais”.

No entender do PR não aconteceu nem uma coisa nem outra e daí o veto. Além do mais, existem contradições entre as intenções do projecto-lei (a imposição do voto presencial) e o programa de Governo, na parte em que este preconiza “a introdução do recurso a meios electrónicos de voto”.

Satisfação da bancada parlamentar do PSD

O líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, manifestou satisfação com o veto do Presidente da República ao diploma que acabava com o voto por correspondência dos emigrantes, afirmando que seria uma “restrição inaceitável” do direito de participação.

“Estamos muito satisfeitos por terem sido assegurados os direitos dos emigrantes portugueses”, afirmou Paulo Rangel, em declarações aos jornalistas no Parlamento, afirmando que acabar com o voto por correspondência para a Assembleia da República seria “uma



restrição inaceitável”.

Paulo Rangel reiterou a satisfação do PSD face à decisão do Presidente da República lembrando que a matéria mereceu uma “alocução especial” da presidente social-democrata, Manuela Ferreira Leite, em Setembro passado.

Distrital de Coimbra exorta os militantes do partido a “criarem as condições” para que Manuela Ferreira Leite aplique o seu programa.

O presidente da distrital de Coimbra do PSD exortou hoje os militantes do partido a “criarem as condições” para que Manuela Ferreira Leite aplique o seu programa, frisando que ela “é a líder legitimamente eleita”.

“Manuela Ferreira Leite é a líder do partido legitimamente eleita e está a implementar o seu programa. Os militantes do PSD devem continuar a dar-lhe as condições para que ela o aplique”, defendeu hoje Pedro Machado.

Ao anunciar, em declarações à agência Lusa, que a presidente do PSD se desloca na próxima sexta-feira a Coimbra para uma visita de trabalho e uma reunião com militantes, o líder da distrital preferiu reservar para essa altura uma análise da situação interna no Partido Social

Democrata.

“O PSD tem de corporizar uma mensagem de esperança para os milhares de portugueses que estão a passar por uma situação dramática do ponto de vista social”, adiantou, contudo, o presidente da comissão política distrital do PSD de Coimbra.

Ao ser confrontado com os dados das sondagens e a análise crítica de Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Machado relativizou ambos os argumentos e defendeu antes que “o partido deve estar muito atento e muito solidário no encontrar de soluções para essa situação dramática”.

“A presidente do PSD tem um estilo próprio com que muitos dos militantes não se identificam e talvez quisessem outro estilo, mas o mais importante é que cada companheiro crie as condições para que Manuela Ferreira Leite implemente o seu programa”, insistiu.

Ao adiantar alguns dos pontos do programa da visita de Manuela Ferreira Leite a Coimbra na próxima sexta-feira, Pedro Machado disse adiantou à Lusa que a líder nacional do PSD se vai reunir com alguns empresários, num encontro em que estes vão apresentar a sua visão sobre o momento actual.

Está também prevista uma reunião





com estudantes e a Associação Académica de Coimbra, para debater o ensino superior, e um jantar com militantes à noite.

“O PSD e os militantes do PSD esperam da sua líder e da sua direcção nacional uma palavra de esperança e de entusiasmo no momento difícil que vivemos”, sublinhou.

Intervenção de Luis Rodrigues no Debate de Urgência sobre Agricultura

Dada a escassez de tempo vou directo ao assunto e colocar-lhe (ao Ministro da Agricultura) algumas questões muito concretas para as quais espero da sua parte respostas também elas claras e concisas.

1. Gostava de começar pela questão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

A situação que o País vive nesta matéria é de uma enorme gravidade e resulta de uma desastrosa gestão política do Ministério da Agricultura.

Estamos a falar de uma praga detectada pela primeira vez em 1999 e confinada à península de Setúbal que, pela incúria deste Governo (que se limitou a implementar uma Faixa de Contenção e posteriormente a mandar abater a totalidade dos pinheiros existentes nesta faixa), está hoje disseminada por todo o País.

O Governo preocupou-se com o acessório - a faixa de contenção, e esqueceu-se do fundamental: a monitorização da doença, o controlo da circulação do material lenhoso infectado e a sua destruição.

Pelo meio ainda conseguiu o feito de demitir um Director Geral dos Recursos Florestais que o alertou para esta situação.

E viu ainda Portugal ser proibido de exportar madeira de pinho.

E só agora, quando o mal está feito, é que vem apresentar um Programa de Acção para o Controlo do Nemátodo do Pinheiro e encetar as necessárias acções de controlo.

Senhor Ministro não considera que já



vem tarde? Não acha que o timing certo para a apresentação deste programa teria sido 2005 e que se tal não aconteceu foi porque o Senhor Ministro não quis, porque nunca olhou para este problema com a atenção que ele exigia.

Mas há um facto muito curioso em todo este processo.

É que ao longo dos últimos quatro anos o Governo sempre criticou as Associações e as Confederações de Agricultores, cessando inclusive contratos de cooperação com elas, e agora, numa matéria de tão grande sensibilidade e

relevância para o País, vem o Governo contratualizar com estas a resolução do problema.

O Estado ao querer empurrar para terceiros esta responsabilidade, que sabe é potencialmente causadora de conflitos, ao sacudir a água do capote, mais não faz que reconhecer a sua impotência e incompetência.

Mas há uma coisa que o Senhor Ministro conseguiu com a incompetência demonstrada na gestão deste dossier e que foi garantir um lugar na história.

Da mesma forma que Dom Dinis ficou na história como o Agricultor ou o Lavrador, pelo muito que fez pela agricultura portuguesa - deixando ainda como precioso legado o pinhal de Leiria, também o senhor Ministro ficará na história mas como o grande Carrasco da agricultura e da floresta nacional.

Pergunto-lhe: o Senhor Ministro tem ao menos uma estimativa da real dimensão do problema? O senhor Ministro ainda mantém a opinião de que a luta contra o nemátodo está perdida? Qual o montante a afectar ao Programa de Acção para o Controlo do NMP? Qual o custo final com a erradicação da totalidade das árvores da faixa de contenção fitossanitária?

E pergunto-lhe ainda se pensa vir a apoiar a nossa indústria de pinho e de que forma pensa fazê-lo?

2. Lei do Arrendamento Rural

Gostava agora de lhe falar da Lei do Arrendamento Rural ou, para ser mais rigoroso, da ausência desta lei, sucessivamente anunciada pelo Senhor Ministro mas que ainda ninguém viu.

Uma lei que nas suas palavras era fundamental pois permitiria criar um banco de terras e agilizar a instalação de

juvens agricultores.

Uma lei que o Senhor Ministro garantiu, no debate de urgência do passado dia 9 de Julho, estar pronta para decisão ainda em Julho de 2008 e que seria entregue em primeira mão, nesta Assembleia.

Senhor Ministro, onde está a lei? Perdeu-se a caminho desta Câmara?

É que não estamos a falar de uma qualquer promessa eleitoral não cumprida. Nesse campo teríamos que agendar não um mas vários debates de urgência.

Não.

Estamos a falar de um compromisso feito com o País, nesta mesma Assembleia, e que o senhor Ministro uma vez mais não honrou.

Pergunto-lhe: o Senhor Ministro faltou à verdade quando anunciou a esta Assembleia que já estava agendada para decisão a lei do arrendamento rural ou faltou ao Governo coragem política para avançar com tão importante e necessária legislação?

O Senhor Ministro tem a obrigação de esclarecer cabalmente esta situação perante a Assembleia. - Gab. Imp. GP/PSD

PSD exige ao PM e à Ministra da Saúde, contas do que o MS gastou em meras cerimónias

O PSD entregou hoje na Assembleia da República um requerimento a exigir ao primeiro-ministro, José Sócrates, e à ministra da Saúde, Ana Jorge, explicações sobre as verbas gastas com cerimónias realizadas nessa área.

Em causa está a cerimónia de lançamento do concurso do novo Hospital Central do Algarve (HCA), realizada em 03 de Maio de 2008, e uma outra a 31 de Janeiro último, relativa aos cuidados continuados, que, de acordo com os sociais-democratas, terão custado quase 90.000 euros ao erário público.

O PSD precisou que, segundo as notícias vindas a público, na primeira cerimónia foi gasta uma verba de “quase 50.000 euros, enquanto na segunda o valor situou-se entre os 31.000 e os 40.000 euros.

“Logo em 06 de Maio, o PSD apresentou ao Governo um Requerimento no qual questionou o executivo acerca dos custos da cerimónia de lançamento do concurso do novo HCA. Passaram nove meses e o Governo, esquecendo os deveres constitucionais que tem perante a AR, nada respondeu, evidentemente porque a notícia deverá corresponder à verdade”, afirma o PSD.

Os sociais-democratas acrescentam, que “no passado dia 31 de Janeiro, o Governo voltou a fazer mais uma cerimónia de luxo, desta vez para os cuidados continuados” e gastou uma verba que é um “verdadeiro escândalo e uma afronta às dificuldades em que vivem os Portugueses”.

“Para tanto basta lembrar que, se a diária de uma cama na rede de cuidados continuados, em unidades de longa duração, custa cerca de 48 euros, só esta última cerimónia daria para pagar mil diárias nessas unidades. É, pois, insultuoso utilizar deste modo os dinheiros públicos, para mais numa época de profunda crise social e de desemprego, como aquela que Portugal hoje atravessa”, afirma o PSD no requerimento.





Os socialistas-democratas questionam também “a contratação pelo Ministério da Saúde de uma empresa desconhecida, a ‘F 5 Consulting’, para a criação da imagem do evento, tendo-lhe pago, entre 15 mil e 20 mil euros”.

“Importava conhecer os critérios e as razões que estão na base desta decisão ministerial, para mais porque não se conhece nenhuma experiência à referida empresa nem se sabe quem são os respectivos sócios”, sustenta o PSD. - Gab. Imp. GP/PSD

Paulo Rangel no Norte: a Qimonda e outras “ameaçadas”

O líder parlamentar do PSD, Paulo Castro Rangel, revelou-se céptico quanto à eficácia de qualquer iniciativa do actual governo para salvar os postos de trabalho da Qimonda e de outras empresas em dificuldades.

“Infelizmente, as perspectivas para a Qimonda são altamente preocupantes. Oxalá se possa resolver, mas vejo com muita dificuldade que isso possa acontecer”, disse Paulo Castro Rangel, que chefia uma delegação parlamentar social-democrata que avalia a situação do emprego no Norte do país.

O comentário surgiu numa altura em que o governo e o gestor judicial da empresa mãe alemã Qimonda AG, Machael Jaffé, estão a discutir o futuro da unidade portuguesa, sediada em Vila do Conde.

Paulo Castro Rangel considerou que o Governo revela uma “total incapacidade” para resolver o problema do emprego.

“O Governo está sempre com o emprego na boca, mas não resolveu ainda nenhuma situação relacionada com ele. Esta é que é a questão essencial”, sublinhou, antes de encontrar, numa estalagem da Maia, com representantes de 11 associações empresariais locais nortenhas.

Rangel acusou ainda o executivo de José Sócrates de “mascarar números” do desemprego, sublinhando que “só se pode resolver um problema se se reconhecer a sua real dimensão”.

O líder parlamentar do PSD entende que a situação de desemprego no

Norte é “absolutamente insustentável” e lamentou que projectos para dinamização do emprego na região, como o do Call-Center da PT em Santo Tirso - que a comitiva social-democrata também visitou - estejam “atrasadíssimos”.

Rangel reiterou a defesa de um conjunto de propostas do PSD para segurar o emprego nas médias, pequenas e micro-empresas, como a diminuição da taxa social única, o pagamento do IVA com o recibo e não com a factura, bem como pagamento imediato das dívidas do Estado às empresas através da emissão de dívida pública.

Também envolvido nesta iniciativa, o líder do PSD/Porto, Marco António Costa, preconizou a adopção de um novo plano de apoio à indústria.

“Defendemos um novo PEDIP [Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa] que, como o que tivemos há 20 anos e que teve efeitos muito positivos durante década e meia na indústria portuguesa”, defendeu.

Marco António Costa lamentou, por outro lado, que o governo “esquecido”, nesta fase, sectores “fundamentais” para a economia e que dominam a região Norte como o têxtil, o calçado e o mobiliário. - Fonte: Lusa

Mendes Bota questiona o Governo sobre o aluguer de automóveis sem condutor

O deputado por Faro, José Mendes Bota, em requerimento ao Ministério da Economia e Inovação, pergunta:

A taxa do IVA cobrada em Espanha, é 16%. Em Portugal, é de 20%. Em Espanha, as viaturas de aluguer sem condutor estão isentas de Imposto de Matrícula. Em Portugal, paga-se o Imposto Sobre Veículos, a que acresce o Imposto Único de Circulação, que varia entre os € 86,35 e os € 633,27. Em Espanha, a taxa de IRC é de 30%. Em Portugal é de 25%. Ou seja, esta disparidade fiscal introduz um forte factor de distorção da concorrência entre os dois países ibéricos, neste sub-sector

directamente ligado ao Turismo. Daí, não ser estranha a tentação de ver empresas espanholas tirar proveito dessa situação. Importa investigar se estarão a passar o risco da ilegalidade.

A confirmarem-se as informações que nos chegaram de várias fontes do nosso círculo eleitoral, e até da associação profissional da classe, estarão a ser utilizados dois expedientes para iludir as obrigações fiscais de uma actividade regulada pelo Decreto-Lei nº 354/86, de 20 de Outubro, praticando preços no aluguer de viaturas sem condutor (rent-a-car) muito inferiores ao que as empresas portuguesas podem oferecer.

Por um lado, estar-se-ão a utilizar pretenso “contratos de locação financeira de viaturas”, com rescisão antecipada, por prazos inferiores a um mês, sendo as mesmas entregues e devolvidas em Portugal. Outra via deste contornar das obrigações, passa por contratos de aluguer efectuados por empresas de rent-a-car estrangeiras (normalmente espanholas) ou por via da Internet, sendo que as viaturas circulam (com matrícula espanhola), são entregues e são devolvidas em Portugal, mas nada é contabilizado no nosso país, assim se gerando uma enorme perda fiscal, importando apurar se isto é verdade e qual a legalidade deste tipo de procedimentos.

Se não forem tomadas medidas urgentes para resolver este problema, é muito provável que várias empresas portuguesas se vejam forçadas a encerrar ou a despedir funcionários, em acréscimo às dificuldades que a recessão que também já faz sentir sobre o Turismo.

Nestas circunstâncias, ao abrigo das disposições regimentais, legais e constitucionais em vigor, solicito a V. Exa. se digne obter resposta do Ministério da Economia e Inovação às seguintes perguntas:

1)- Está o Governo informado da situação que se acaba de relatar?

2)- Que medidas fiscalizadoras e preventivas tenciona tomar para colocar cobro a esta situação altamente lesiva do sector turístico português e das empresas de aluguer sem condutor, em particular?

3)- Considera ou não que se deveria restaurar a competitividade fiscal com Espanha neste sector, nomeadamente, isentando as viaturas de aluguer sem condutor do pagamento do Imposto Sobre Veículos? - Gab. Imp. GP/PSD



Intervenção do Deputado Arménio Santos

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados

Portugal e os portugueses vivem momentos difíceis, em termos económicos e sociais, onde avulta o drama do desemprego.

Por causa da crise internacional, é verdade, mas também resultado das debilidades estruturais da nossa economia e sobretudo das políticas erradas destes últimos 4 anos de governação socialista, que nos deixaram mais pobres e mais distantes do rendimento médio dos nossos parceiros europeus.

Ao contrário do que o governo anuncia, não há uma estratégia política para enfrentar os problemas económico-sociais que o País atravessa.

Não há uma política orientada para apoiar a economia real – em particular as micro, pequenas e médias empresas – indispensável para travar o agravamento do desemprego e a perda do poder de compra das famílias.

O governo actua a reboque dos acontecimentos, não há medidas preventivas, nem se conhece um plano de ataque à crise que as pessoas e as empresas sintam que são, de facto, destinatárias dessas medidas.

As linhas de crédito anunciadas com pompa e circunstância pelo governo para as PME's, são disso um exemplo cabal – muita parra e pouca uva.

Poucas empresas terão beneficiado ou irão beneficiar desses anunciados apoios, facto bem demonstrativo da política trapalhona e sem critério que o governo adopta no apoio à economia.

Daí as falências e o encerramento de milhares de empresas, com o caudal de dificuldades económicas e sociais que acarretam, particularmente ao nível do desemprego.

Segundo estudos vindos a público, só em Dezembro passado, Portugal perdeu 12.340 empresas.

Muitas destas empresas que fecham, têm âmbito familiar, eram o ganha-pão de famílias inteiras, que agora caem no desemprego.

Desemprego que já atinge níveis muito preocupantes – todos os dias há dezenas ou centenas de trabalhadores a engrossar o número de desempregados.

O desemprego de longa duração alastra.

Os jovens têm cada vez mais dificuldade em entrarem no mercado de trabalho e não vislumbram um futuro com esperança.

Por isso, os números de 8,5% de desemprego, previstos pelo governo para este ano são, no mínimo, irrealistas. Com as actuais políticas, o desemprego vai disparar para cima dos 10%.

Num quadro de dificuldades como o que vivemos, alguns patrões sem escrúpulos, tentam aproveitar-se da “crise” para promover o desemprego fraudulento e o governo não está isento de culpas nesta



situação.

Desde há quatro anos que ouvimos o Ministro do Trabalho a prometer novos meios técnicos e humanos para conferir mais eficácia às actividades inspectivas, e aquilo que se vê é uma enorme escassez de meios para a Autoridade das Condições de Trabalho cumprir cabalmente a sua função.

E mesmo as medidas anteontem anunciadas pelo Ministro do Trabalho, são um exemplo do vazio e do desnorte do governo nesta matéria.

De facto, o governo promete criar 400 pontos de apoio aos desempregados, mas esquece o essencial. E o essencial é haver novas oportunidades de emprego para os desempregados e, para que isso aconteça, é preciso que a economia funcione, é necessário haver empresas, é preciso haver condições para as actuais sobreviverem e, se possível, criarem-se novas empresas.

E é aqui que o governo mais falha, porque não dá resposta a esta questão central.

O governo não percebe que a principal fonte criadora de emprego são as micro empresas e as PME's – são mais de 300 mil – e que ao proteger estas empresas está a proteger e a promover o emprego.

Ora, o principal problema das PME's é de tesouraria e, em muitos casos, têm elevadas dívidas.

Mas as medidas do governo, não

ajudam a resolver nem o problema de tesouraria nem as dívidas das PME's, porque mesmo aquelas poucas que chegam ao crédito, ainda ficam mais endividadas.

Por isso, o caminho não é o proposto pelo governo. Há alternativas, que são melhores para as empresas e mais amigas do emprego e das famílias.

O PSD já as apresentou em Outubro passado, no quadro da OE, que o governo ignorou e denegriu. Estamos certos que se o governo tivesse menos arrogância e mais lucidez, e tivesse aceiteado as nossas propostas, muitas empresas que já fecharam não teriam fechado e outras que vão pelo mesmo caminho, não estariam com a corda na garganta.

Propusemos então e reafirmamos hoje:

- a descida de 2% da Taxa Social Única para todas as empresas, de molde a reduzir o custo do trabalho e, dessa forma, defender o emprego;
- a extinção do Pagamento Especial por Conta;
- a alteração do regime de pagamento do IVA, de modo a que este deixe de ser feito no momento da prestação do serviço ou da facturação, e passe a ser pago no momento do efectivo recebimento, o que permitirá alguma folga de tesouraria às empresas numa

altura em que a liquidez escasseia.

- o pagamento das dívidas do Estado às empresas ou, quando estas são suas credoras, que tenham a permissão de realizar a compensação de créditos no cumprimento das suas obrigações fiscais.

Estas são medidas concretas, que têm em conta a realidade económica actual e que são dirigidas à resolução dos problemas reais com que se confronta a generalidade do nosso tecido empresarial – tesouraria e financiamento – ao contrário da visão do governo que apenas se preocupa com a intervenção e o controlo do Estado.

- Mas o PSD também propôs e defende o alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego, com a introdução de uma discriminação positiva quando os dois membros do agregado familiar se encontram desempregados.

É uma medida justa, de grande alcance social, que visa apoiar aqueles que são vítimas do desemprego, mas que o governo tem rejeitado, numa incompreensível demonstração de insensibilidade social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos bem conscientes das dificuldades que os portugueses enfrentam e da justa preocupação que invade os desempregados e as suas famílias.

Cabe ao governo, obviamente, a condução política das medidas para apoiar a economia e atenuar os seus efeitos sociais.

Mas os resultados das medidas governativas até aqui tomadas, têm sido um fracasso e não têm tido qualquer reflexo positivo nas empresas, no emprego e nas famílias.

O governo, em vez de agregar vontades e energias positivas, rejeita as propostas sérias e construtivas que o PSD tem apresentado.

E apesar de estarmos perante uma crise de grandes dimensões, de natureza económica e social, o governo ainda não foi capaz de reunir e ouvir os parceiros sociais - confederações empresariais e confederações sindicais - e agregar os seus contributos aos do Executivo. É estranhíssimo que numa crise como esta, as opiniões dos representantes dos empresários e dos trabalhadores não sejam mobilizadas e valorizadas.

Parece claro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o governo não está a fazer o que devia e podia fazer, para evitar sacrifícios maiores aos portugueses.

Parece claro que o governo socialista não está à altura das exigências do momento.

Mas o PSD não se resigna a este estado de coisas. Esta situação não é uma fatalidade. Acreditamos que os portugueses têm capacidades e energias para vencer, e vão vencer, as dificuldades do presente.

Com verdade e com políticas certas, acreditamos que é possível devolver a esperança e a confiança aos Portugueses.

- 4.Fevereiro.2009, Arménio Santos



Intervenção do Deputado José Eduardo Martins

sobre o QREN, AR, 05. 02. 09
(Notas de trabalho)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

- A Comissão Técnica de Coordenação do QREN confirma esta semana, tudo o que o PSD disse, o Conselho Económico e Social previu e as Associações de Municípios e Empresários recebiam, sobre este que é provavelmente o último grande volume de Fundos Estruturais que Portugal recebe.
 - Depois da repetida promessa, do Primeiro Ministro, de que o QREN entraria em velocidade cruzeiro em Janeiro de 2007, chegamos a 2008 com a miserável execução de 1,9% no dia em que de seguida vamos aprovar um orçamento rectificativo.
 - Não acontece por acaso:
 - Acontece por deliberada utilização do Partido Socialista dos Fundos Estruturais para a conveniência do seu calendário Eleitoral.
 - Acontece por incompetência do Governo, e em particular do Ministro a quem foi entregue a tarefa.
 - Acontece por os Fundos Estruturais terem servido ao Ministro das Finanças para alimentar a falsa consolidação das contas públicas.
- A) Falsa Consolidação Contas Públicas
- Despesa reprodutiva /Despesa corrente (entre 2004 e 2007, o investimento em Portugal com 24% enquanto na Europa cresceu 6%);
 - O extraordinário caso PRODEP;
 - O fecho do QCA III;
- B) Incompetência
- Atraso na entrega do QREN
 - Noventa regulamentos e dismantelamento irracional das estruturas de gestão;
 - O vergonhoso caso da certificação de procedimentos;
 - A dramática falta de qualidade das candidaturas;
- C) Utilização Fundos Estruturais para a Campanha Eleitoral do PS
- A diferença entre as taxas de aprovação e a da execução;
 - O sacrifício do investimento e o impacto que teria na Economia. -



Carlos Coelho

Pornografia infantil: Parlamento Europeu aprova relatório que criminaliza “fora” de pedófilos na Internet



A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu hoje um Relatório com várias recomendações ao Conselho relativas à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. Segundo Carlos Coelho, o Parlamento Europeu pretende criminalizar “em todos os Estados-Membros” o fornecimento de “salas de conversação” (chat rooms) ou de fóruns de pedófilos na Internet.” Este Relatório sugere também que todos os cidadãos da UE que cometam crimes sexuais contra crianças dentro ou fora da União sejam abrangidos por uma “lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a UE.”

Os eurodeputados propõem, por exemplo, a criminalização, em todos os Estados-Membros, do aliciamento (solicitar crianças para fins sexuais) e do turismo sexual que envolve crianças, o fornecimento aos pais de programas de fácil utilização que permitam bloquear o acesso das crianças a sítios Web pornográficos e a instituição de um sistema de alerta para crianças desaparecidas, a fim de melhorar a cooperação a nível europeu.

Na sua intervenção, Carlos Coelho, criticou duramente os Estados-Membros que não aplicaram a Decisão-quadro de 2003, que teve como objectivo “aproximar as legislações dos Estados Membros no domínio da luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. “

Para Carlos Coelho, é fundamental que todos “os Estados Membros criminalizem todos os tipos de abuso sexual de crianças” e, por outro lado, que todos os cidadãos europeus que cometam crimes sexuais contra crianças, dentro ou fora da União, sejam “abrangidos por uma lei penal de natureza extraterritorial comum a toda a União Europeia.”

“É importante assegurar que os autores de tais crimes não possam escapar às malhas da justiça” afirma o Deputado do PSD.

De seguida, Carlos Coelho, demonstrou o seu apoio à revisão da Decisão quadro, de forma a que esta possa garantir, pelo menos, o “mesmo nível de protecção proporcionado pela Convenção do Conselho da Europa de 2007” - que é o primeiro instrumento jurídico internacional a classificar como crime as diferentes formas de abuso sexual de crianças. A terminar lembrou ainda que, lamentavelmente, vários Estados Membros ainda tenham procedido à sua assinatura. - Marques Duarte



Protecção de espécies ameaças

Comissão toma medidas para proteger o tubarão

A Comissão Europeia adoptou hoje o primeiro plano de acção da Comunidade Europeia para a conservação e gestão dos tubarões. Este plano visa garantir a adopção de medidas eficazes que contribuam para reconstituir as unidades populacionais de tubarão ameaçadas, se necessário com base no princípio de precaução, e estabelecer directrizes para uma gestão sustentável das pescarias em causa, incluindo aquelas em que o tubarão é uma captura acessória. O plano inclui, igualmente, medidas destinadas a aprofundar os conhecimentos científicos sobre o tubarão e sobre as pescarias desta espécie. As medidas estabelecidas abrangem o tubarão e espécies afins, nomeadamente as raias, e aplicar-se-ão a todas as zonas em que a frota comunitária exerce actividades de pesca, tanto nas águas europeias como fora delas. A Comissão está igualmente empenhada em assegurar a coerência entre, por um lado, a acção desenvolvida pela União Europeia no âmbito de organismos e acordos internacionais e, por outro, a sua política interna de protecção dos tubarões.

Joe Borg, Membro da Comissão responsável pelos assuntos marítimos e pescas, declarou: «Os tubarões são muito vulneráveis à sobreexploração, podendo o seu depauperamento ter consequências graves não só para os próprios, como para os ecossistemas marinhos e os pescadores. Por este motivo, definimos o plano de acção hoje apresentado, que, para além de reforçar a abordagem de precaução aplicável à gestão das pescarias em que são capturados tubarões, apoiará as actividades de investigação que continuam a ser necessárias para compreender plenamente o papel desempenhado pelos tubarões na vida dos nossos oceanos e o possível impacto da pesca nestes animais.»

O plano de acção contém medidas destinadas a melhorar a recolha de dados e os pareceres científicos, a reforçar as medidas técnicas e de gestão e a melhorar o controlo da proibição da pesca do tubarão, em vigor desde 2003 e aplicável nas águas da União Europeia relativamente a todos os navios de pesca comunitários, independentemente do local em que pesquem. O plano estabelece medidas a aplicar tanto a nível da União Europeia como dos Estados-Membros e propõe que a União Europeia procure que tais medidas sejam subscritas por todas as organizações regionais de gestão das pescas (ORGP) competentes. A lista completa das medidas propostas encontra-se na página Web abaixo indicada.

O plano abrange todos os peixes cartilagineos (tubarões, mas também raias e quimeras), que perfazem, no total, mais de 1 000 espécies. Estas espécies estão presentes em todo o mundo, mas especialmente no Atlântico Norte, em que são efectuadas mais de 50 % das capturas



de tubarões realizadas pelos navios comunitários. A pesca do tubarão registou um crescimento rápido desde meados da década de 80, devido a um aumento da procura de produtos de tubarão (especialmente barbatanas).

No entanto, dada a sua grande longevidade, maturidade sexual tardia, períodos de gestação longos e uma taxa de fecundidade reduzida, estas espécies são especialmente vulneráveis à sobrepesca. Segundo um estudo recente da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), aproximadamente um terço das espécies de tubarão capturadas nas águas da União Europeia estão ameaçadas de extinção devido a uma pressão excessiva da pesca. Apesar da fragilidade destas unidades populacionais e da sua importância crescente para a frota comunitária, a pesca do tubarão na União Europeia nunca foi objecto de uma gestão sistemática. Nos últimos anos, a Comissão reconheceu o estado preocupante de várias unidades populacionais de tubarão, tendo proposto capturas nulas ou reduções substanciais da mortalidade por pesca, tanto na União Europeia como em várias ORGP.

O plano de acção da União Europeia para os tubarões resulta de amplas consultas realizadas entre os Estados-Membros, os interessados e o público em 2007 e 2008. A sua estrutura respeita as orientações propostas pelo Plano de Acção Internacional para a Conservação e Gestão dos Tubarões da FAO, adoptado em 1999. Como previsto neste último, o plano de acção comunitário é acompanhado por um relatório de avaliação sobre os tubarões que é anexado à Comunicação. - Do nosso correspondente

Assunção Esteves

A imigração chama por uma ética de responsabilidade partilhada

A Deputada do PSD, Maria da Assunção Esteves, participou no debate do Relatório FAVA que teve lugar no Parlamento Europeu, relativo ao Estabelecimento de sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular.

Para a Deputada do PSD o Relatório Fava “representa um momento de progresso e humanização nas leis de imigração. Ele deixa-nos um conforto moral que devíamos a nós mesmos desde a Directiva do Retorno.”

Segundo Assunção Esteves, a proibição geral do emprego de imigrantes ilegais “não está só a evitar um estado de ilegalidade endémica em matéria de imigração. Está, sobretudo, a evitar o potencial de exploração e aproveitamento da miséria humana que, em geral, vai ligada a esta espécie de emprego.”

Na sua intervenção em Plenário, a Deputada do PSD deixou três notas “fundamentais sobre este Relatório”:

- O relatório Fava nega a perspectiva da imigração ilegal que assenta numa fácil, mas inadmissível, condenação do imigrante e contrapõe uma resposta sistémica que co-responsabiliza o Estado e o empregador. É que o maior falhanço das políticas de imigração tem sido a ausência de uma resposta justa para a condição dramática do imigrante irregular, a vertigem penal a cair sobre o imigrante, o seu estatuto de culpado em vez de vítima.”

- “Traz ao espaço público europeu uma ética de responsabilidade partilhada entre o Estado e as empresas. O dever de supervisão prévia do empregador de controlar a residência do trabalhador tem o valor de uma competência atribuída aos privados que o republicanismo europeu muito pouco tem experimentado. Uma competência que aplaudimos, porque a defesa da legalidade e da ética pública não cabe apenas ao Estado, mas a todos. “

“O relatório entra, por isso, nas fronteiras de um método político novo, que outros relatórios deverão seguir.”

- “A terceira nota, porventura a mais fundamental, é esta extraordinária abstracção que separa o dever de pagamento das remunerações do problema da legalidade da residência. Simples ditado da moral universal, que diz que a humanidade pré-existe às regras do sistema jurídico e sobrepõe-se a elas. - Correspondente



A Deborah...

Vasco Graça Moura (*)

O Governo divulgou um pomposo documento intitulado “Políticas de Valorização do Primeiro Ciclo do Ensino Básico em Portugal”, elaborado por cinco peritos ditos independentes.

O perito português foi nomeado subinspector-geral da Educação em 1.1.2007 e veio a ser nomeado presidente do Conselho Científico para a Avaliação de Professores em 1.11.2008. O CCAP existe na dependência directa do membro do Governo responsável pela área da educação (art.º 134 do DL 15/2007, de 19 de Janeiro). Parece pois tratar-se de um independente que, à data do documento (Dezembro de 2008), estava na dependência directa do Governo!

Este verdadeiro oxímoro dialéctico não impediu o PS, nem o Ministério da Educação, nem o primeiro-ministro (este em plena Assembleia) de garantirem a independência dos peritos.

Mas temos ainda a Deborah!

“A Deborah”, assim ternurentamente tratada com a familiaridade dos grandes pelo primeiro-ministro, como se viu na televisão, escreveu o prefácio. O PM chegou a afirmar no Parlamento que o relatório tinha sido assinado por ela.

A dama é chefe de divisão das Políticas de Educação e Formação da OCDE desde meados de 2007. É uma economista que não publicou até hoje, que se saiba, uma única linha sobre questões de educação a não ser o tal prefácio (ver a lista actualizada do que ela escreveu em <http://econpapers.repec.org/RAS/pro105.htm>).

Pois a Deborah prestou-se a vir a Lisboa armada em lavandisca promocional só para servir um objectivo do Governo socialista: o de fazer passar a ideia de que se tratava mesmo de um relatório da OCDE.

E diz muito ufana que a avaliação feita “segue de perto a metodologia e abordagem que a OCDE tem utilizado para avaliar as políticas educativas em muitos países membros ao longo dos anos”. Vejamos.

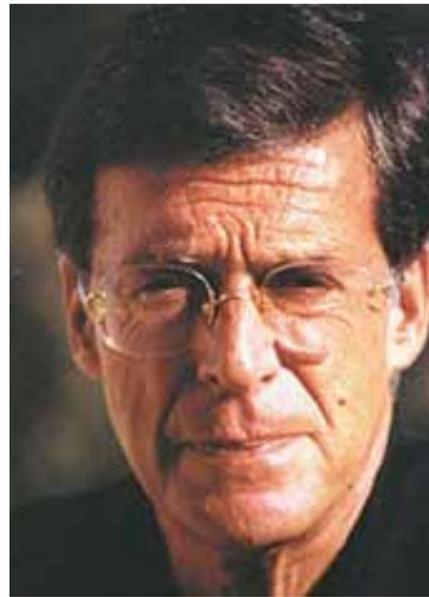
Na pág. 26 informa-se que a avaliação teve por base um “relatório abrangente”, preparado pelo próprio ministério, descrevendo as medidas e fornecendo muita informação e dados. “Foi estudado antes da visita de seis dias a Portugal de uma equipa internacional para entrevistar os principais actores educativos e visitar um pequeno número de escolas”.

De págs. 87 e 88 deduz-se que, em 14 reuniões, os peritos se avistaram com 2 secretários de Estado, 4 elementos dos serviços centrais, 7 dos serviços regionais, 3 do IGE, 4 peritos, 3 coordenadores dos programas de formação contínua de professores, 3 elementos das associações profissionais de professores, 5 coordenadores de escolas do primeiro ciclo do meio urbano e outros 5 do meio rural, 3 membros da Confederação das Associações de Pais, 5 do Conselho das Escolas, 3 do Conselho Nacional de Educação, 4 dos sindicatos e 7 representantes das au-

toridades locais (Guimarães, Gondomar, Santo Tirso, Amadora, Ourique, Lisboa e Portimão, sendo que “só” seis destas sete autarquias são PS).

De derrear um cristão! Umas 57 pessoas, pelo menos, mais as deslocações e os encontros do Minho ao Algarve, 11 escolas, cinco direcções regionais, tudo isto numa lufa-lufa, tudo isto numa maratona esfalfante, tudo isto sem tempo para fazer chichi, tudo isto em seis dias, seis, num inglês dos intervenientes lusitanos, que se supõe mais ou menos pedestremente técnico, e num português dos quatro peritos estrangeiros, que não pode deixar de ser ágil e escorreitíssimo, para eles terem conseguido perceber e qualificar tanta coisa em tão pouco tempo.

Talvez por isso, a adjectivação seja bastante esbaforida: “ambição” e



“rapidez” sem paralelo internacional, “ampla melhoria”, “excelente relatório nacional” (o tal preparado pelo ministério), “impressionante conjunto de dados”, “enorme sucesso” (p. 13), “visão política clara”, “elevado conhecimento estratégico”, “resposta corajosa e imaginativa” (p. 17), “desenvolvimentos impressionantes” (p. 18), “excelente modelo de formação contínua”, “impressionante leque de informação” (p. 19), “liderança decisiva e visionária”, “modelo admirável” (p. 44), “grande sucesso”, “professores bastante entusiasmados” (p. 47), coisas assim.

Se é assim que a OCDE trabalha, estamos bem aviados! Resta saber quem é que intermediou toda esta batota e quanto é que ela custou. - (*) Escritor, Deputado ao Parlamento Europeu

O terrível erro estratégico

João César das Neves (*)



O sr. primeiro-ministro tem uma qualidade que até os adversários lhe reconhecem: sabe de política. Por isso é tão triste vê-lo cometer um erro grave que nos custará muito caro: a aposta nas obras públicas para enfrentar a crise.

O Governo dirá com razão que essa não é a prioridade, pois nem vem mencionada na Iniciativa para o Investimento e o Emprego. Mas, como sabe bem, a questão é política, não técnica. O Executivo permitiu a colagem desses grandes projectos à sua imagem. Aliás o primeiro-ministro não se cansa de repetir que “o Estado está a reforçar o investimento público, porque sabe que o combate à crise passa por aqui, que há muitas pessoas e empresas cuja actividade depende deste investimento” (Lusa, 31 de Janeiro).

Mas não será uma boa ideia? Afinal, em plena derrocada financeira, os governos de múltiplos países enveredam por essa via. Qual é o mal de avançar com o

TGV, aeroporto de Lisboa, auto-estradas, barragens, etc.?

O erro é muito grave por três razões diferentes. A primeira é política: transforma Sócrates num anti-Guterres. O Governo do PS dos anos 90 apresentou-se ao eleitorado com uma crítica aberta ao “betão” do período cavaquista. A alegada obsessão do PSD com as estradas e infra-estruturas era uma tolice que não servia as pessoas; os socialistas governariam com objectivos mais humanos. Hoje vive-se a inversão de papéis e retóricas, com PS e PSD a atacar o que então defendiam. Esta situação afecta muito mais o Governo que a oposição, com Sócrates a sofrer as críticas que ele e os correligionários usaram há 15 anos.

A segunda razão é económica, transformando Sócrates num anti-Cavaco. Existe uma diferença fundamental entre o betão cavaquista e o sócrático: a lógica económica. Nos anos 80, o País estava atrasado e carente de infra-estruturas. Hoje, após 20 anos de investimentos públicos, restam poucas obras com real justificação. Os projectos de que se fala implicam auto-estradas vazias, comboios às moscas, um excelente aeroporto deitado fora.

O erro económico de José Sócrates está em acreditar que o investimento público é bom em si mesmo. O primeiro-ministro demonstra uma fé cega na virtualidade imperativa dos projectos: basta anunciá-los e gastar dinheiro para a economia arrancar. Esquece que todo o dinheiro que gasta vai tirá-lo ao bolso dos contribuintes. Tal como o investimento privado, os projectos do Estado têm de ter utilidade e justificação. Aliás até têm de ter mais, pois usam o dinheiro dos pobres. Apostar milhões em obras faraónicas

nunca resolveu nenhuma crise.

Pior ainda, na ânsia de realização, esquecem-se os custos lançados sobre as próximas gerações. Além das enormes despesas de manutenção, ao garantir aos concessionários das futuras auto-estradas mínimos de tráfego que nunca vão ser cumpridos, o actual Governo hipoteca os orçamentos nacionais no horizonte previsível. Tal política raia os limites da infâmia.

Este elemento liga-se ao terceiro aspecto do erro governamental, que é financeiro. Com esta estratégia, Sócrates arrisca-se a aparecer como... anti-Sócrates! Se Guterres era o campeão contra o betão, o actual primeiro-ministro apresentou-se como o defensor do rigor orçamental. O grande feito da legislatura foi a redução do défice público de mais de 6% para menos de 2,5% do PIB. Agora, no último ano, pode regressar a níveis próximos dos que encontrou.

Em momento de crise financeira seria tolice preocupar-se com o equilíbrio das contas. Esta é a altura de o Estado se endividar, como todos os parceiros fazem e o permite o Pacto de Estabilidade. Mas com a sua abordagem o Governo não cria apenas um défice conjuntural. Ao privilegiar as obras de longo prazo, em vez de descer impostos ou dar subsídios, Sócrates compromete a solidez estrutural das contas públicas. Após a crise, o próximo primeiro-ministro, quem quer que seja, repetirá o que o actual Governo teve de dizer em 2005 sobre austeridade. O erro de Sócrates é o mesmo de Guterres: bloquear com dívidas o próximo surto de crescimento económico.

- (*) Professor universitário. © DN, Lisboa



Total concordância como abandono do actual projecto TGV

Senhora Presidente:

Venho manifestar-lhe a minha total concordância com a sua posição na entrevista que há dias concedeu à TV e (na mesma) a sua opinião relativamente ao Orçamento do governo PS, que é uma vergonha para um Governo e para Primeiro-Ministro já tão presumido!

Concordo em absoluto que o projecto do TGV tem de ser abandonado. Gostei sobretudo de ouvir que quando não se pode viver num palácio «vive-se onde é possível, de acordo com a realidade de cada um».

Sinto orgulho de ver uma senhora ser tão veemente e honesta num País que está constantemente a ser adiado.

- Teresa Faria, militante da Lourinhã

Uma lufada de ar fresco!

Ouvir o Dr. António Borges, em entrevista num dos últimos programas «Diga lá Excelência», foi para mim, uma lufada de ar fresco, nestes dias sombrios que afectam o país...

Directo, franco, inteligente não podia ter dado melhor imagem de si mesmo! Parabéns e obrigado!

- Maria Conceição, simpatizante

Os nossas magras carteiras continuam a saque...

Gostaria de ver os Senhores deputados do nosso Partido a confrontar o Primeiro-Ministro com as acções que a Direcção Geral do Tesouro anda a desenvolver, no âmbito das bonificações ao crédito à habitação.

Andam a saquear literalmente as contas dos Portugueses (mesmo sem autorização destes). Tendo-se o Primeiro Ministro congratulado com a baixa das taxas de juro (como se de uma medida sua se tivesse tratado), é de estranhar esta actuação, uma vez que as prestações mensais estão a aumentar de forma generalizada, não havendo nenhum benefício para os Portugueses com a dita baixa nas taxas de juro por parte do Banco Central Europeu. Acho que os Senhores Deputados poderiam fazer mais no que a este assunto diz respeito; tem-se falado muito pouco acerca deste assunto!

Será que este dinheiro está a servir para financiar os bancos, não chega já o dinheiro dos nossos impostos!

Outra perplexidade: fala-se muito em desemprego, que é uma realidade, mas existe um ponto em que nenhum dos partidos fala ou oculta o qual me intriga: supondo o fecho de uma pequena ou micro-empresa (loja, restaurante, oficina ou pequeno agricultor, p. ex.º.), as poucas pessoas que para o dono trabalham, neste caso os empregados têm direito ao subsídio de desemprego. Ora, quanto ao pequeno empresário, ao fechar, continua a ser alguém que investiu, que trabalhou, tentou produzir riqueza, deu trabalho a terceiros, pagou impostos e participações sociais e, nesse momento nada tem e não pode receber esse mesmo subsídio de desemprego!

Pergunto a mim mesmo se, nos dias de hoje, vale mais ser empregado de alguém (mesmo em crise) ou correr o risco de arriscar num negócio e de ficar sem rigorosamente nada, se as coisas correrem mal

- Rui Rocha, simpatizante e votante do PSD



Um escândalo num Centro de Emprego... que deita fora empregos!

Dirigi-me ontem ao centro de emprego mais perto da minha área de residência (Braga) para me informar melhor sobre o novo programa de estágios profissionais.

Quando cheguei fui informado que só podia ser atendido entre as 9 horas e as 12 horas de segundas, quartas e sextas-feiras.

Regressei então hoje (sexta-feira, dia 6 de Fevereiro de 2009) às 9 e 15 e após ter sido atendida a única pessoa que estava à minha frente para os “estágios” (segundo informação do vigilante, na altura em que tirei a senha de atendimento), finalmente, às 10h21 fui atendido. Nessa curta reunião de 5 minutos fiquei a saber o seguinte:

1. Estes programas dirigem-se às empresas e 99,9% por cento já apresenta um candidato seleccionado,
2. É uma boa forma das empresas de terem empregados com dinheiro dos contribuintes e sem despesas,
3. As especificidades apresentadas pela a maior parte das empresas, para a ocupação de um determinado lugar, torna um estágio impossível para um desempregado comum, mesmo com cursos superiores,
4. Estes estágios tanto dão para pessoas inscritas ou não no centro de emprego,
5. Fiquei desiludido por saber que ia continuar na mesma situação precária e que perdi duas manhãs nesta ilusão.

Penso que existe uma publicidade enganosa em relação a esta abertura de 12.000 estágios e que as empresas deveriam ser obrigadas a seleccionar desempregados, com os quais nunca tiveram uma ligação, porque as pessoas precisam de uma ‘chance’ para trabalhar. Para os que tiveram ligação à Empresa, há programas específicos de formação, que deveriam estar disponíveis com mais facilidades de acesso, para os apoiar.

Fiquei ainda mais revoltado, quando - durante o atendimento - uma entidade patronal, ou seu representante, (que ignora quem seja) ligou telefonicamente para a pessoa que me estava a atender, para saber se existia alguém com formação em informática, para fazer um estágio remunerado, com vista a admissão, na sua empresa.

A pessoa que me atendia, passou a chamada para os técnicos de “oferta de empregos” e como ninguém atendeu o telefone, o potencial empregador acabou por desistir e disse que ia fazer uma reclamação por correio electrónico à directora do centro de emprego. Eu nem podia acreditar que o próprio centro de emprego desperdiçara uma oportunidade de oportunidade de estágio e emprego, em frente aos meus olhos e ao alcance dos meus ouvidos.

Tenho um curso superior (que nada me vale) e uma família para sustentar e vivo em situação precária.

Peço aos governantes deste país, que parem de gozar com os jovens e com as pessoas em geral e nos dêem um futuro, pois estão a começar a formar criminosos.

E como cidadão, sinto-me obrigado a agir para parar com estas falhas, que não mostram política nenhuma nem orientação em relação ao que está a acontecer actualmente.

Por esse motivo, envio esta mensagem em primeiro lugar ao meu Partido, o PSD e também aos mais altos responsáveis de Portugal, Presidência da República e Primeiro-ministro, outros partidos políticos e comunicação com esperança que ajudem a tornar este País, num País melhor.

- Nuno Lima, simpatizante do PSD.



Notícias da Madeira

Apelo da CPR do PSD: “é preciso dar a resposta mais correcta nos próximos três actos eleitorais”

O PSD/M lançou um apelo à população para que, nos próximos três actos eleitorais, saiba distinguir os actos políticos dos representantes da soberania do Estado na Região, as diferenças de tratamentos, e a resposta que terá de ser dada.

A Comissão Política Regional do PSD/Madeira apelou ontem à população madeirense para que, nos próximos três actos eleitorais, saiba dar a resposta mais correcta aos actos políticos dos representantes da soberania do Estado na Região.

No final da reunião, da qual foi porta-voz Coito Pita, a Comissão Política começou por condenar a diferença de tratamento do Estado para com algumas entidades, nomeadamente, o BPN, onde já injectou cerca de 1.800 milhões de euros - «qualquer coisa como 360 milhões de contos», acentuou -, sendo que à Madeira «restringe e impede» que possa contrair empréstimos para dar resposta às dificuldades que está a sentir. «A Madeira, com a política que tem defendido ao longo dos anos, provou que conseguiu resistir à crise, embora também há que reconhecer que a situação tem implicações na Região. Daí que o PSD faça um apelo à população para que saiba distinguir os actos políticos dos representantes da soberania do Estado na Região, das diferenças de tratamentos, e da resposta que terá de ter nos próximos três actos eleitorais», defendeu Coito Pita.

«Não faz sentido o país estar a gastar dinheiro dos seus impostos para uma instituição privada porque a pergunta também dever-se-á fazer: E as empresas que estão a falir pelo país inteiro? Há ou não há aqui um tratamento discriminatório? Pessoalmente, acho que há. E acho que o povo português se deve interrogar sobre estas atitudes», complementou.

Questionado quanto à possibilidade de José Sócrates se deslocar à Madeira, Coito Pita foi peremptório: «Não acredito que ele tenha essa vontade porque seria pouco sério vir neste momento e nesta altura pré-eleitoral», acentuando, por outro lado, que também «é preciso esperar para ver quem será o secretário-geral do PS».

Confirmou igualmente que o PSD/M acredita que Manuela Ferreira Leite é, neste momento, a alternativa mais credível. «Basta as pessoas pensarem na atitude que o primeiro-ministro e que o PS tem tido para com o país e para com as regiões autónomas, e pensar na postura de Manuela Ferreira Leite», disse.

A Comissão Política abordou ainda o facto simbólico do cumprimento por parte de todos os órgãos políticos ou representantes da soberania da Região no hastear da Bandeira da Região. Quanto à Festa do PSD no Chão da Lagoa, foi agendada para o último domingo do mês de Julho, ou seja, a 26, e o comício

de Verão no Porto Santo ocorrerá a 22 de Agosto.

Alberto João Jardim tem participado num programa de esclarecimento político, em jantares-convívio de militantes do PS, em todos os Concelhos da Região

Na semana passada, o convívio foi nos Prazeres, com bastante mais de 1.500 pessoas presentes e Alberto João questionou, publicamente, se o Presidente da República estará ciente de que «a Madeira a ser roubada».

Jardim, que falava para as quase duas mil pessoas que se reuniram no polidesportivo dos Prazeres, no concelho da Calheta, disse que a Madeira tem vindo a ser discriminada em relação à Região Autónoma dos Açores. A título de exemplo, o líder regional dos sociais-democratas apontou os descontos dos agricultores.



É que, segundo Alberto João Jardim, enquanto que o Governo da República aceitou a proposta açoriana de baixar os descontos para a Segurança Social de 22 para 8%, a proposta da Assembleia Legislativa da Madeira, que previa a mesma redução, não teve a mesma decisão do Executivo de José Sócrates.

Tal como afirmou, «o Governo da República resolveu ir para tribunal com a Madeira, o Tribunal Constitucional deixa os Açores ter a taxa de 8% e não deixa que seja igual para a Madeira e impõe aos madeirenses 22%, como se nós fôssemos portugueses de terceira classe. Isto é uma vergonha que os socialistas nos estão a fazer».

Em seu entender, «não basta que nos Açores as leis são promulgadas com muito mais facilidade, enquanto que aqui na Madeira, para promulgar as leis, é uma enorme complicação. Nós estamos a ser a ser tratados pior que os Açores, que são socialistas».

Perante este cenário, Jardim questiona o Presidente da República se «está a ver o que se está a passar em relação à Madeira?»



Senhor presidente, está a ver a Madeira a ser roubada? Senhor presidente, está a ver a discriminação que há contra os madeirenses? Senhor presidente está a ver que é muito mais difícil promulgar uma lei na Madeira do que nos Açores? Senhor presidente está a ver que fazem leis em Lisboa para fechar o JORNAL da MADEIRA, porque eles só querem jornais comunistas a existir?».

Jardim mostrou-se ainda indignado por aquilo que está a ser feito por estes «cavalheiros» (referindo-se ao Governo da República), que deixaram, por exemplo, que Portugal fosse ultrapassado por alguns países de leste que, entretanto, entraram para a União Europeia, isto apesar de só se terem libertado da «escravidão» imposta pela União Soviética muito mais recentemente que a revolta do 25 de Abril, em 1974. Mas esta situação, conforme referiu o líder regional dos sociais-democratas, só acontece «porque temos um governo incompetente, um governo que não oferece confiança a ninguém e as instituições da República também não funcionam». A Madeira, tal como concluiu Alberto João Jardim, «está metida numa república que não funciona».

Portugal está a assistir a uma mancha na sua honra

Mas, os ataques ao Executivo de Sócrates não se ficaram por aqui. Já no início da sua intervenção, Alberto João Jardim disse também que, neste momento, «estamos a atravessar uma época muito complicada para o país e a vergonha a que estamos a assistir é uma mancha na honra desta pátria, numa altura que é também difícil para a Madeira, devido ao sufoco colonial que o PS utilizando o Estado, sendo Governo em Lisboa, utiliza para se vingar do povo madeirense nunhas ter dado trela».

No entanto, Jardim diz que não está com medo. «Senti sempre, durante estes 30 anos, a força do povo. Este magnífico povo madeirense, que teve, aqui, durante 550 anos de história, debaixo da pata de Lisboa e, depois, com o 25 de Abril, conquistou a sua autonomia. E quando conquistámos a nossa autonomia, nós fomos capazes de, em 30 anos, virar tudo isto, mostrando que a mesma capacidade que tínhamos quando íamos para os países de emigração, desde que tivéssemos liberdade, também podíamos fazer o mesmo aqui na Madeira. Mas, se alguém fez alguma coisa, fostes vós, povo madeirense».

Jardim sente o apoio do povo madeirense

Por isso, ontem, ao ver o pavilhão dos Prazeres repleto de gente, estimando-se em mais de 1.500 pessoas, Alberto João Jardim disse que o povo da Calheta, o povo madeirense é um povo abençoado pela força que transmite e o apoio que lhe tem dado ao longo destes anos. De tal forma que, conforme descreveu, o calor e a força que sentiu do povo, «é como que uma mão amiga que eu sinto nas costas, e que me diz “Alberto João aguenta-te e luta contra eles”».

Dirigindo-se aos jovens, Jardim disse ainda que, dentro uma ou duas gerações, «a Madeira vai ter de tomar decisões importantes. E sei que esta juventude que vai ter ocasião e coragem de as assumir». Mas, agora, disse o líder dos sociais-democratas madeirenses, «é altura do grande combate, segurar as câmaras, ajudar a União Europeia e tentar pôr o Sócrates no olho da rua. Deus não castiga, nem com pau, nem com pedra, o que ele nos fez e o que está a acontecer. Pensem nisto e meditem. Temos cabeça para perceber muita coisa». - Gab. Imp. PSD/Madeira

Notícias de Aveiro

Documentos históricos, incluindo um com 1050 anos, com as primeiras referências a Aveiro

A Câmara Municipal de Aveiro expõe documentos da maior relevância para a História aveirense, no Museu da Cidade, na mostra “O Bilhete de Identidade de Aveiro”, patente até 26 de Abril. Pode ser visitada de Terça a Domingo, das 10.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 19.00 horas.

A Exposição “BI Aveiro” reúne um conjunto de documentos que reflectem a identidade de Aveiro, quer enquanto marcos temporais da sua existência, quer como evidências de uma dimensão espacial/territorial, quer ainda como registos da comunidade, das pessoas. Até 8 de Fevereiro o destaque vai para um conjunto de três documentos provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O primeiro deles, anterior à nacionalidade, é a doação da Condessa Mumadona Dias ao Mosteiro de Guimarães, datado de 26 de Janeiro de 959, constituindo a referência escrita mais antiga que se conhece, até ao momento, sobre Aveiro. Tem, por isso, um carácter fundador e de identidade maior. A sua relevância não se resume ao reconhecimento de Aveiro como lugar/comunidade transpondo no topónimo Alauario, mas também à referência da prática da salicultura comprovando a ancestralidade desta actividade produtiva.

Conhecido por Livro de Mumadona, este códice manuscrito com tinta ferrogálica em suporte de pergaminho, iluminado a duas cores (azul e vermelho), constitui um testemunho relevante das relações de poder e de domínio territorial anteriores à fundação do Reino de Portugal.

A par deste, O Livro de Místicos, n.º 2 encerra a confirmação por D. Afonso V da doação hereditária da Vila de Aveiro ao Infante D. Pedro por D. João I com todos os seus direitos, rendas, foros e jurisdições, datada de 12 de Junho de 1448. Símbolo do Senhorio da Terra justifica a ligação de Aveiro ao poder régio e relembra o papel empreendedor de D. Pedro associado a um dos grandes momentos de desenvolvimento e dinamismo sócioeconómico local.

Imponente pelas suas dimensões generosas, este códice manuscrito com tinta ferrogálica em suporte de pergaminho congrega, ainda, a riqueza do seu conteúdo com uma grande beleza estética evidente nas iluminuras com pigmentos azuis e vermelhos.

Por fim, a referência vai para a Bula de Clemente XIV, de 1774, Militantis Ecclesiae Gubernacula, que cria o Bispado de Aveiro, desmembrado dos de Coimbra e da Guarda. Cinco anos após a obtenção da categoria de Cidade, Aveiro vê reconhecida a sua autonomia no campo da jurisdição religiosa, uma conquista que se manterá por cerca de um século (até 1882)



e que será restaurada em 1938.

“Percursos com História”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza mais um da série “Percursos com História” no dia 14 de Fevereiro, das 11.00 às 13.00 horas, a partir do Museu da Cidade.

“Percursos com História” consiste na realização de um ciclo de visitas guiadas temáticas à cidade de Aveiro, com carácter mensal. Destinada ao público em geral, a acção tem inscrições (gratuitas) abertas no Museu da Cidade de Aveiro, sito na Rua João Mendonça, 9-11, 3800-200 Aveiro, através do telefone 234 406 485, ou fax 234 406 307, e-mail museu-cidade@cm-aveiro.pt.

Para além de constituírem um complemento às restantes visitas já realizadas pelo Museu da Cidade que reflectem o conceito de museu polinucleado - cidade multifacetada, que considera a própria cidade como um dos seus núcleos museológicos, estes percursos enquadram-se

no contexto das Comemorações dos 250 anos de elevação de Aveiro a Cidade. É seu intuito celebrar e permitir a interpretação do espaço urbano, da sua dinâmica, das suas vivências e das suas personalidades entendidos no seu conjunto como factores de identidade e elementos construtores da paisagem histórica.

Os percursos/visitas, organizados de acordo com três temáticas definidas segundo uma base cronológica [A Vila de Aveiro (até ao século XVII); A cidade emergente [século XVIII); a Cidade Contemporânea (séculos XIX-XX)], serão orientados por investigadores e especialistas de áreas como a História, a Arquitectura e o Urbanismo.

Amaro Neves, conhecido investigador e historiador aveirense, será o primeiro convidado do Museu da Cidade de Aveiro para orientar uma visita que levará os participantes pela Vila de Aveiro do período medieval e dos alvares da Época Moderna, num percurso centrado entre as Pontes, a Corredoura (actual Rua Batalhão de Caçadores 10), o cruzeiro de São

Domingos, o antigo Mosteiro de Jesus e a Rua Direita até à Igreja da Misericórdia.

Exposição Documental Itinerante 250 anos de História Aveirense

A Câmara Municipal tem patente a Exposição Documental Itinerante “250 anos de História Aveirense”, que até 13 de Fevereiro permanece na Biblioteca Escolar da EB 2/3 Aires Barbosa, em Esgueira.

Ocorrido a 4 de Fevereiro, o arranque desta iniciativa contou com as presenças dos Vereadores do Pelouro dos Assuntos Culturais, Miguel Capão Filipe, e do Pelouro da Educação, Pedro Ferreira, que se mostraram agradados por esta iniciativa poder ajudar os alunos a investigarem, aprenderem e conhecerem a história do passado aveirense. De salientar que os alunos do estabelecimento escolar irão visitar a mostra.

Durante a sessão, os alunos da escola leram um Hino à Cidade de Aveiro, houve a projecção do filme “Documentos que contam a história” e os alunos foram desafiados a construir uns puzzles dedicados à temática dos 250 anos. Estas acções foram sempre acompanhadas pela mascote pato-real “Quacky” das “Comemorações Aveiro 2009”.

A Exposição Documental Itinerante – 250 anos de História Aveirense irá percorrer a Rede das Bibliotecas Escolares Concelhias que tem por objectivo integrar a Rede das Bibliotecas Escolares nas comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro a cidade, transmitindo aos alunos os conhecimentos sobre os acontecimentos ocorridos há 250 anos e nos períodos mais relevantes da história Aveirense. Pretende ainda promover a investigação através do acesso às fontes e aos documentos que fizeram a história da cidade.

A Itinerância decorre até Junho, estando uma semana em cada Biblioteca Escolar onde a Biblioteca Municipal levará uma colecção de livros, revistas, jornais e documentos de arquivo ou reproduções que durante essa semana estarão ao dispor das iniciativas internas de cada Escola. Serão também desenvolvidos ateliers coordenados pela Biblioteca Municipal.

Sétima sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres”

No Auditório do Museu da Cidade, realizou-se a sétima sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres”. O Aveirense Ilustre homenageado foi Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, tendo sido



Notícias de Cascais

“Dois dedos de Jazz” no Centro Cultural



convidado para palestrante Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário Júlio Simões Teles.

Com esta iniciativa que se enquadrou nas Comemorações Aveiro 2009, a Câmara Municipal de Aveiro pretende preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sócio-cultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena amostra de objectos ou literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15 dias no espaço do Museu da Cidade.

Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha: nasceu em Aveiro em 1876 e faleceu na sua terra natal, em 1944. Homem de devotado espírito cívico e de isenção, culto e viajado, sereno e ponderado, de inteligência penetrante e grande conhecedor da Ria de Aveiro e do regime lagunar, bem como dos seus problemas económicos e sociais associados, foi um esclarecido propulsor da prosperidade e das estruturas portuárias locais, contribuindo para o melhoramento da Barra, do Porto de Aveiro e da Ria.

Este ilustre foi oficial da marinha; comandou e participou, no mar, em várias missões arriscadas, durante a Primeira Guerra Mundial; foi capitão do Porto de Aveiro, em várias comissões; participou na formação militar da linha do Vouga, para travar e derrotar os movimentos monárquicos dirigidos por Paiva Couceiro; foi Ministro da Marinha e um insigne estudioso da história económica local.

Dos trabalhos de relevo publicados, destacam-se: Relance da História Económica de Aveiro / Soluções para o Seu Problema Marítimo, a partir do século XVII – Conferência realizada em 14 de Junho de 1930, Aveiro, 1930; Notícia Sobre as Indústrias Marítimas na Área da Jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro, Aveiro, 1939 e O Porto de Aveiro – Conferência realizada em 5 de Maio de 1923, na sede da Associação dos Engenheiros Civis portugueses, Lisboa, 1924. - CM Aveiro

No dia 6 de Fevereiro, o Centro Cultural de Cascais recebeu um concerto de Jazz pelo “DUO DA CORDA +1”, integrado no ciclo de concertos “Dois Dedos de Jazz”, que decorre naquele espaço até Abril.

Com recurso a espectáculos assegurados por duos, este ciclo pretende apresentar alguns dos seus mais prestigiados intérpretes. O concerto desta sexta-feira foi acompanhado pela exibição de imagens cúmplices deste género musical, tal como tem vindo a decorrer ao longo do ciclo, para criar um ambiente mais jazzístico.

O “Duo da Corda +1” é formado pelo guitarrista João Maló e pelo contrabaixista Francisco Henriques, apresentando-se em concerto com um convidado, o saxofonista Artur Freitas. Os temas que propunham são clássicos do repertório do jazz tradicional, inicialmente interpretados por artistas tão distintos como Louis Armstrong, Miles Davis ou Duke Ellington, conferindo-lhes um som actual com os arranjos dos seus elementos.

Nas suas actuações, a dupla reflectiu as influências da música clássica, jazz, rhythm & blues e música popular, absorvidas ao longo de variadíssimas colaborações no percurso individual de cada um.

Os próximos concertos no âmbito do ciclo “Dois Dedos de Jazz” realizam-se nos dias 27 de Março, com André Sarbib (piano e voz) & António Serrano (harmónica), e 3 de Abril, com o Duo Grek Burk (piano) e Hugo Alves (trompete).

Os concertos são de entrada gratuita

mas os bilhetes devem ser levantados no local a partir das 20h30.

Inauguração da «Residência Sênior Professora Maria Ofélia Leite Ribeiro»

Cascais tem mais um equipamento social para população idosa. Em Alcoitão a Santa Casa da Misericórdia de Cascais (SCMC) inaugurou no dia 4 em Alcoitão, a “Residência Sênior Prof.^a Maria Ofélia Leite Ribeiro”, um equipamento que contou com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. Com um valor estimado em cerca de 6 milhões de euros, dos quais a Câmara Municipal de Cascais apoiou em mais de 700 mil euros, esta nova residên-

cia sénior conta com projecto da autoria do Arquitecto Manuel Maia e vai colocar ao serviço da população idosa um total de 84 camas, havendo lugar a 10 quartos individuais.

Através de um protocolo de cooperação assinado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, esta entidade vai priorizar as vagas a favor da população idosa do Concelho em cerca de 80 por cento da sua capacidade, dando preferência a situações sociais de emergência indicadas pela Câmara. A cerimónia de inauguração contou com a presença do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, Elias Gonçalves, e do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho. - Fonte: Gab. Imp. CMC



CPS reuniu pela primeira vez sob nova liderança, confirmando Ricardo Rio como o rosto de novo modelo de Gestão Autárquica para Braga

“Braga tem de ser o motor do Minho”

Num plenário que estava, à partida, destinado ao sucesso e com a presença do convidado especial José Manuel Fernandes, as hostes sociais-democratas não saíram defraudadas. O Presidente da C.M. de Vila Verde e recentemente empossado presidente da CIM-Cávado, trouxe ao plenário bracarense a visão de um novo modelo gestão de autárquica e uma perspectiva crítica da postura dos poderes instalados e acomodados que nacional e localmente condenam o País à degradação sócio-económica.

Perante as recentes e recorrentes tragédias sociais que afectam o distrito, o caminho da passividade não é solução e “estar de costas voltadas para a sociedade civil e para os municípios vizinhos só cria mais entraves à ultrapassagem da actual crise”.

Lamentando que haja autarcas que levam a cabo uma “gestão egocêntrica”, José Manuel Fernandes lembrou que “certas Autarquias só aderiram à cooperação supra-municipal por força de a isso serem forçadas para poderem beneficiar de fundos dos Quadros Comunitários de Apoio”.

Dando como exemplo o dinamismo empresarial que iniciativas como o Ave Park em Guimarães e o I9Park em Vila Verde espoletam, o Autarca Vila-Verdense explicou a prioridade sempre conferida à promoção do desenvolvimento económico do Concelho, à afirmação das marcas tradicionais de Vila Verde e à projecção do Concelho nacional e internacionalmente e enunciou múltiplas iniciativas de cooperação com os vários agentes de desenvolvimento da região, da Universidade do Minho às Associações Empresariais, às Autarquias vizinhas.

Falando sobre a actualidade política nacional, confessou-se desiludido com o ritmo a que a distribuição de verbas do QREN se tem efectuado, uma vez que “nós temos feito o nosso trabalho de casa, mas lamentamos que o QREN 2007-2013 se venha a tornar no QREN 2010-2013, com óbvios prejuízos para todos”.

Quanto a Braga, José Manuel Fernandes lamentou que “aquela que devia ser o motor do Minho, não tem factualmente condições para superar a crise em que nos encontramos e para reclamar para si e para nós enquanto distrito e região, o lugar que nos pertence no quadro nacional”.

Também por isso, por entre a partilha de várias experiências pessoais, autárqui-



cas e partidárias, José Manuel Fernandes deixou uma nota final de esperança e optimismo, vaticinando que “se ninguém tem dúvidas da competência, da força, da perseverança e do amor à terra do Dr. Ricardo Rio, aí reside o segredo da futura vitória nas eleições autárquicas. Braga precisa de uma nova liderança para que todos possamos ter uma nova esperança no futuro comum”.

Ricardo Rio: **Promover o desenvolvimento.** **Combater a claustrofobia democrática**

Ricardo Rio, candidato às eleições autárquicas por parte da Coligação “Juntos por Braga”, começou por felicitar a equipa que lhe sucede na gestão dos destinos do PSD concelhio, dizendo-se “orgulhoso desta CPS, que é também, em grande medida, a minha e confio totalmente no João Granja que fará um excelente trabalho”.

Incrédulo com a atitude de passividade e inoperância por parte da Autarquia Bracarense, “que se diz vigilante, mas que pouco ou nada faz naquilo que verdadeiramente importa às pessoas”, Ricardo Rio lamentou a imutabilidade das prioridades da actual gestão municipal, apesar das alterações dramáticas que ocorrem à sua volta. “É uma gestão desligada da realidade, dos problemas e anseios das pessoas. Numa altura em que a Câmara Municipal deve liderar e apoiar

quem mais precisa, assume-se uma lógica de mera contemplação”.

Na ocasião, o Vereador Social-Democrata deu nota de que “os Bracarense já conhecem o nosso projecto. Sabem quão diferentes são as nossas prioridades e conhecem os nossos projectos e propostas, para as áreas do desenvolvimento económico e da qualidade de vida, para a cultura e renovação urbana, para o apoio social ou a política de juventude.

E sabem, garantiu, “que nestes e em tantos outros domínios, já demonstrámos estar prontos para gerir a coisa e a causa públicas com soluções e responsabilidade e não com erros e omissões graves”.

Mas, acrescentou, “além de tudo

quanto resultará da vitória deste projecto, há também uma enorme vantagem, que é uma grande diferença entre nós e aqueles que têm gerido há três décadas a Câmara Municipal: é que nós representamos uma nova postura, mais reivindicativa, mais disponível para ouvir e colaborar, com outra cultura democrática e outra energia”.

Socorrendo-se da conhecida expressão de Paulo Rangel, o candidato expressou a sua preocupação por sentir que “Braga viveu demasiado tempo num clima de claustrofobia democrática”. “Sabemos, aliás, que o desespero dos nosso adversários vai permitir tudo, dos ataques infames, à promoção de tentativas de cisões internas, até ao famoso



“obrerismo fast-food” típico de ano de eleições”, avisou.

“Desenganem-se, porém, aqueles que julgam que nos podem atemorizar. Estamos preparados para tudo, temos os Bracarenses do nosso lado e vamos limpar o ar de Braga, para que se volte a poder respirar com liberdade”, garantiu.

Concluiu com uma certeza para todos os Bracarenses: “Somos e seremos um projecto inclusivo, que conta com todos, que é de todos e será sempre de todos, cidadãos, instituições e autarquias locais.

João Granja: Braga continua longe dos fundos comunitários para o Turismo

Secundou-o o novo presidente da C.P.S., João Granja, que, dando nota das diversas actividades que ocuparam os elementos da estrutura, desde a visita da



líder Manuela Ferreira Leite até ao advento da primeira reunião da Comunidade Inter-Municipal do Cávado, fixou duas metas muito claras para o seu mandato: vencer, com Ricardo Rio as eleições autárquicas e aumentar exponencialmente a militância, fazendo caber à concelhia o lugar de destaque que legitimamente merece. Para este último desígnio prometeu o anúncio para breve de um conjunto de iniciativas de animação da sede.

Desafiando os militantes “a correrem esta última etapa até à meta em pelotão compacto”, João Granja asseverou “contamos com todos vocês para cumprir estes objectivos e para ajudar a consolidar um partido cada vez mais forte e credível em todas as suas esferas de intervenção”.

Além de efectuar um balanço dos contactos em curso com os parceiros da Coligação, o líder dos social-democratas Bracarenses dirigiu fortes críticas à C.M. de Braga, por força da “irresponsável decisão” de se manter de fora da Entidade Regional de Turismo do Norte e, inclusivamente, dos fundos comunitários a que só aquela adesão daria acesso.

Segundo João Granja, “este comportamento é tanto mais grave porquanto se funda numa lógica de clientelismo político, numa vertigem politiceira, daqueles que na cegueira de tentar colocar um seu correligionário num órgão político, fragilizam as oportunidades de desenvolvimento de um sector estratégico para Braga.

Contas aprovadas por unanimidade

A reunião plenária teve lugar Sexta-feira à noite, no Hotel Turismo, tendo também na agenda a apreciação das contas e orçamento da estrutura local, que viriam a ser aprovados por unanimidade.

Os trabalhos foram desta feita mediados pela amostragem de um vídeo sobre a renovação da sede concelhia, vídeo esse que estará ao dispor dos militantes que o queiram adquirir na Sede no Largo da Senhora-a-Branca.

Repetiu-se a grande afluência de militantes, estando presentes mais de uma centena e meia que, ao longo da noite, discutiram abertamente todos os temas em agenda.

Miguel Macedo, presidente da Mesa do Plenário, abriu o trabalho demonstrando a sua satisfação com a conclusão

da obra da sede, “é o exemplo de que se pode fazer muito com pouco”. Exortando os militantes a uma postura activa e especialmente atenta aos próximos meses políticos, o deputado à Assembleia da República lembrou o lema que deve ecoar na cidade “somos capazes de fazer, de fazer diferente, de fazer melhor, por Braga”.

Também presente esteve o Dr. João Lobo, presidente da Assembleia Municipal de Vila Verde, que, como militante de Braga, desejou as maiores felicidades à CPS de João Granja, a quem endereçou sentidos elogios, declarando confiar totalmente num dos melhores quadros do partido.

A nível nacional desferiu fortes ataques a um governo “marcadamente desrespeitador das liberdades individuais, com tiques de estatismo e autoritarismo e que demonstra estar sem rumo na governação”. “Qual Capitão Kirk de televisiva série Star Trek, temos um Governo que também se guia pelas estrelas e que não hesita em delapidar a credibilidade das principais instituições do Estado, como acontece no caso da Justiça”, criticou.

Certo da perenidade da vitória de Ricardo Rio em Braga, confessou estar cada vez mais certo da vitória de “um candidato sério e competente, com ideias de futuro para a cidade”.

Ricardo Rio:

Após reunião com a administração da Delphi-Grundig



Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” reuniram-se com o Managing Director da Delphi-Grundig de Braga, Eng. Rui Enes, nesta unidade empresarial.

Ricardo Rio, Serafim Rebelo e Filomena Bordalo prosseguiram, assim, os contactos institucionais que vêm estabelecendo com os diversos protagonistas económicos locais, num esforço para acompanhar com proximidade a evolução da situação laboral no Concelho.

No âmbito da grave situação económico-social que o Distrito e o Concelho atravessam, era indispensável tomar o pulso a um dos maiores protagonistas da economia e criação de emprego a nível local e regional, nomeadamente no contexto do processo de lay-off em curso nesta empresa.

Foi, todavia, com especial satisfação que o líder da Coligação ouviu, da parte de Rui Enes, a confirmação de que, apesar dos tempos difíceis, tudo está a ser feito para manter os postos de trabalho e de que a Delphi-Grundig tem vindo a encetar várias iniciativas para alavancar a sua eficiência numa conjuntura particularmente adversa.

Entendendo-se o processo de “suspensão dos contratos de trabalho” em curso como uma situação grave que só deve ser usada em último recurso, os Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” enalteceram o exemplo que advém do modo como a empresa abordou esta problemática, mantendo os trabalhadores continuamente informados de todo o processo (e suas condicionantes estratégicas) e assim potenciando uma verdadeira comunidade ao invés de uma mera empresa.

Outro dos aspectos destacáveis na gestão do momento presente é o facto de o sacrifício imposto ser partilhado por todos, desde os trabalhadores até aos quadros dirigentes.

Ricardo Rio manifestou o desejo de que “nestes tempos conturbados, todos os agentes envolvidos se esforcem ao máximo na busca de soluções para minimizar o impacto da crise junto dos mais frágeis”. Neste ponto foi destacada a proeminência que a Segurança Social deve assumir e foi saudado o facto de esta instituição já se ter disponibilizado a cooperar de forma próxima com a empresa para agilizar os processos burocráticos inerentes às actuais circunstâncias.

Ricardo Rio destacou também a im-

portância do investimento na formação para suplantar os desafios actuais, algo que felizmente a Delphi-Grundig não descuroou no passado recente.

Com a possibilidade de produção de novos produtos já a partir do segundo semestre e em 2010, o Vereador Social-Democrata admite que a Delphi-Grundig tem melhores perspectivas de futuro, pese embora hoje seja impossível garantir qualquer tipo de projecção. Ciente do papel insubstituível deste autêntico pólo tecnológico, Ricardo Rio expressou o desejo sincero de comemorar, já em 2010 e como Presidente de Câmara, os 45 anos de existência da empresa em Braga, apelidando a união entre aquela empresa e a cidade de “casamento feliz”.

“Da nossa parte contarão sempre com uma postura pró-activa, de facilitação do investimento, de estímulo à criação de postos de trabalho geradores de riqueza e de dinamismo empresarial. As forças vivas da cidade devem ser estimuladas pela autarquia e não tuteladas ou condicionadas nos seus projectos e iniciativas”, garantiu.

Ricardo Rio reabre “dossier” do Parque Tecnológico

Quanto ao espaço físico onde a empresa se encontra implantada, e que divide com outras empresas de relevo – o Complexo Industrial de Ferreiros -, abordou-se a hipótese de criação neste local do Parque Tecnológico de Braga, enquanto pólo agregador das principais empresas do sector, como algo exequível no futuro próximo, dada a disponibilidade de espaços e infra-estruturas.

Este foi um projecto discutido em Setembro de 2005, na antecâmara das últimas Eleições Autárquicas, num encontro que juntou o actual Presidente da Câmara, Mesquita Machado, e alguns empresários da área das tecnologias de informação e comunicação.

De então para cá, o projecto foi “engavetado” por responsabilidades que Mesquita Machado tem endossado sistematicamente para a inacção da Comissão de Empresários que ficou responsável pelo desenvolvimento do projecto.

“Se este é um projecto prioritário, a Câmara deveria estudar esta hipótese de instalação do parque tecnológico, e não endossar responsabilidades para os particulares”, considerou Ricardo Rio. - Do nosso Correspondente

Reforma da Administração Pública é o maior fiasco do Governo Socialista

Numa ampla sala de um hotel ebovense, a CPS de Évora do PSD levou a cabo no dia 06 de Fevereiro um Encontro-debate subordinado ao tema PRACE, reforma da Administração Pública ou atentado aos contribuintes e funcionários do Estado? evento que surtiu forte adesão junto de uma vasta audiência que extravasou o âmbito do concelho de Évora, apesar do mau tempo que se fazia sentir.

A sessão foi aberta pelo Presidente da Comissão Política da Secção de Évora do PSD, José Palma Rita que apresentou os oradores convidados e situou a problemática em discussão no âmbito do continuado insucesso de todas as reformas tentadas e fracassadas pelo Governo socialista, desde a saúde à justiça, passando pela educação, com destaque para o verdadeiro fiasco que constitui a pseudo reforma da Administração Pública (PRACE), a qual se resumiu ao encerramento de postos da GNR, escolas e centros de saúde do interior do país, já em agonizada desertificação.

O infeliz resultado de uma reforma da Administração Pública de deficiente execução foi a (re) concentração de serviços e competências, o distanciamento dos serviços públicos face aos cidadãos, o crescimento da despesa pública por via do recurso ao “outsourcing”, o aumento da ineficiência financeira e humana da Administração do Estado.

Se o desperdício de recursos financeiros configura uma verdadeira fraude do Governo socialista que desbarata os impostos dos particulares e das empresas é deveras preocupante face à debilitação dos factores de competitividade da economia portuguesa, mais preocupante ainda é a total falta de respeito pela dignidade dos funcionários do Estado, a humilhação profissional e pessoal a que o governo socialista tem recorrido para instalar um clima de medo, de insegurança, de desconfiança e de perseguição política que se instalou em Portugal desde 2005, segundo o Presidente do PSD de Évora.

O perfil dos oradores convidados, cuja vasta experiência profissional e política é sobejamente reconhecida nos níveis regional e nacional, revelou-se bem adequada ao esclarecimento e clarificação das dúvidas e anseios que assaltam um número crescente de funcionários do Estado e das empresas, face às consequências ainda imperceptíveis das recentes alterações dos vínculos, das carreiras e das remunerações que vigoram desde o início de 2009, bem como ao crescimento do desemprego que pressiona a dimensão social da economia portuguesa em resultado de uma crise financeira internacional que não isenta o governo socialista de culpas pela falta de reforço dos factores de competitividade da economia nacional.

Antes que o Secretário-Geral dos Trabalhadores Sociais-democratas (ASD), Arménio Santos, viesse a abordar esta questão, na última intervenção da noite



a que se seguiu período de participado debate, foram ainda oradores o Engº João Carrilho pela Conferência Nacional dos Mobilizados (mobilidade especial da Administração Pública) e o Dr. Bettencourt Picanço, Presidente da Direcção do STE (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado), que abordou a primeira ordem de questões para deixar alguns alertas relativos às ameaças de destruição da Administração Pública como a conhecemos hoje, em resultado da arbitrariedade da governação socialista na sua gestão, da destruição e da não reforma dos serviços, que geram ineficiência dos mesmos.

O maior risco, contudo, é o da ameaça que paira sobre os próprios funcionários do Estado, segundo o Presidente da direcção do STE, decorrente da captura dos serviços públicos, materializado nas recentes alterações de vínculos, carreiras e remunerações, que permitem aos dirigentes tornarem-se donos desses serviços como se de uma empresa privada se tratasse, gerando um medo de afastamento que evita a discordância e reduz o grau de participação cívica e política dos funcionários do Estado, circunstância incompreensível e nunca antes observada em qualquer momento da nossa democracia.

A discricionariedade que agora é permitida aos dirigentes da Administração

Pública na dispensa de funcionários, no recrutamento arbitrário de novos elementos, na fixação de condições remuneratórias diferenciadas, leva à suspeita de uma total clientelização, de compadrio e partidarização da gestão da máquina do Estado a todos os níveis pelo governo socialista, que é inaceitável e ameaçadora de contribuir para agravar a perda de competitividade da economia portuguesa.

O testemunho de que tais ameaças de discricionariedade e arbitrariedade na gestão da Administração Pública são uma realidade, foi dado pelo Engº João Carrilho, em representação de mais de 2.000 funcionários do Estado empurrados para a situação de mobilidade especial há mais de 2 anos, impedidos de trabalhar, apesar dos seus insistentes pedidos de que tal possa acontecer.

Atirados sem explicação para a situação de mobilidade especial por um Governo que não cumpriu até agora as condições estipuladas numa lei que o próprio criou a não ser no que prejudica os seus funcionários, os mobilizados sentem-se traídos pelos dirigentes que os iludiram e levaram a aceitar de boa-fé princípios o Governo violou maldosamente, partidarizando a aplicação da lei e favorecendo aqueles que entendeu, impedindo assim que a mobilidade ocorresse, antes geran-

do resultados perversos e contrários aos anunciados na criação da medida.

A crise financeira mundial que hoje vivemos tem implicações económicas que se estão a agudizar a cada dia que passa sobre as empresas do distrito de Évora e que se traduzem na ameaça e efectivo crescimento do desemprego, com intensos e negativos efeitos sociais, situação a que estão atentos e sensíveis os TSD, como destacou o seu Secretário-geral, Arménio Santos, na última intervenção antes do debate com a assistência, apontando o dedo ao governo do PS pela degradação das condições estruturais da economia portuguesa, resultando no registo de 448.000 desempregados em Outubro de 2008, contra 370.000 desempregados no início de 2005, quando o PS iniciou o seu mandato.

Se acrescentarmos que a carga fiscal sobre as famílias e as empresas aumentou substancialmente nos últimos 4 anos, o crescimento económico recuou para níveis há muito não registados, a convergência económica de Portugal com a Europa inverteu a sua trajectória, a competitividade da economia acelerou a sua erosão, podemos afirmar, segundo Arménio Santos, que Portugal está a ser conduzido para uma mentira deve ser desmistificada, começando desde logo pelo facto de a economia portuguesa já se encontrar em acelerado processo de degradação, antes que os efeitos da crise internacional se fizessem sentir.

Apesar de o actual governo socialista ter beneficiado das mais favoráveis condições de estabilidade política de que há memória para aplicação do seu programa e execução das necessárias reformas, o fracasso da governação é mais que evidente, resultando numa reacção minimalista e apenas parcial à crise instalada, traduzida numa tranquilização do sistema financeiro que fica muito aquém das necessidades de uma acção mais profunda no apoio à micro-economia, onde se concentram as micro, pequenas e médias empresas, constituindo o núcleo da economia real e que clamam por medidas





urgentes que foram propostas pelo PSD aquando da discussão do Orçamento de Estado para 2009, mas que liminarmente rejeitadas e mesmo denegridas pelo Governo socialista.

Sem que tais medidas venham a ser adoptadas a curto prazo, para terem efeitos sobre as micro, pequenas e médias empresas, corre-se o risco de ver o desemprego aumentar exponencialmente em Portugal nos próximos anos, fruto de uma sufocante carga fiscal que estrangula a tesouraria das mesmas, de uma incrivelmente elevada dívida do Estado aos seus fornecedores, a que se junta um custo do trabalho que retira competitividade a esta classe de empresas e que poderia ser aliviada pela redução da taxa social única, proposta pelo PSD.

O desemprego pode pois, a não serem adoptadas estas medidas preventivas ao nível micro-económico, atingir valores acima dos 10% em 2009 segundo os TSD, com consequências ainda mais alarmantes na sociedade portuguesa, pelo facto de o governo socialista ter rejeitado a proposta do PSD de alargamento temporário do período de subsídio de desemprego para responder à crise, revelando total insensibilidade social face àqueles que mais prejudicados serão em consequência da irresponsabilidade governativa. - Do nosso correspondente

Notícias de Lisboa

Vereadores do PSD não aceitam comparecer num “comício do PS”

Os vereadores do PSD vão, à semelhança dos eleitos da CDU, estar ausentes da conferência sobre a futura carta estratégica de Lisboa, considerando que o evento será um “comício” do PS.

“Nós somos alternativa, não vamos fazer número de apoiantes do doutor António Costa [presidente da Câmara de Lisboa] às próximas eleições. Fico muito surpreendida que tenha pensado que o PSD iria fazer parte do comício que ele irá fazer”, afirmou à agência Lusa a vereadora social-democrata Margarida Saavedra, que considera estar “elucidada” quanto à estratégia da maioria PS para Lisboa.

“Temos visto a estratégia que tem sido aplicada e que é má para Lisboa”, argumentou.

Os eleitos da CDU na Câmara e Assembleia Municipais de Lisboa já tinham anunciado que estarão ausentes da conferência que classificam de “manobra de propaganda” do PS.

A conferência sobre a nova carta estratégica da cidade, apresentada como um instrumento para a concretização de projectos estruturantes, decorre segunda-feira nos Paços de Concelho.

O objectivo desta conferência, segundo o socialista António Costa, é realizar um balanço das “intervenção estratégicas na cidade, durante a década de 90, apresentar os desafios estratégicos actuais no planeamento da Cidade de Lisboa e no contexto internacional”, que terá consigo o vereador do Urbanismo, Manuel

Salgado (PS), e o ex-vice-presidente da autarquia Rui Godinho, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, Fonseca Ferreira, e o geógrafo e urbanista catalão Jordi Borja.

A coligação com o PSD avança...

O presidente da distrital do PSD Lisboa, Carlos Carreiras, disse hoje ter registado de “forma positiva” a decisão da assembleia concelhia do CDS-PP/Lisboa de iniciar as conversações com o PSD para formalizar uma coligação às autárquicas.

“Registamos de forma positiva a decisão que o CDS/PP tomou no sentido de apoiar a candidatura de Pedro Santana Lopes à câmara municipal de Lisboa e da forma expressiva em termos de votação como o fez”, disse Carlos Carreiras à agência Lusa.

A assembleia concelhia do CDS-PP/Lisboa aprovou, por 73 por cento dos votos, o início das conversações com o PSD para formalizar uma coligação com os sociais-democratas nas autárquicas na capital.

De acordo com o presidente da mesa daquele órgão, João Rebelo, 117 militantes votaram a favor, 73 por cento, enquanto 41 militantes votaram contra, 25 por cento, e registaram-se duas abstenções.

O presidente da distrital do PSD justificou ainda a satisfação do partido por

o projecto do CDS/PP ser “confluyente” com o do PSD.

A intenção do CDS/PP “é confluyente com a nossa perspectiva de aprofundar um programa que relance e desenvolva a cidade de Lisboa”, disse Carlos Carreiras.

Para o social-democrata Lisboa “está completamente estagnada” com a “maioria socialista que não tem nenhum projecto e nenhuma estratégia”, mostrando uma “profunda desorientação de como resolver os problemas de Lisboa”.

PSD denuncia “ausência de diálogo” do executivo socialista com as Juntas de Freguesia

O líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa criticou hoje a “ausência de diálogo” do executivo com as Juntas de Freguesia que, afirmou, desconhecem as verbas que receberão este ano pela delegação de competências.

“Estamos extremamente preocupados quanto à ausência de diálogo relativamente aos protocolos de delegação de competências e às verbas que vão ser transferidas para as Juntas de freguesia”, disse à Lusa o presidente da bancada do PSD, Saldanha Serra.

O deputado municipal referiu que as Juntas, a maioria das quais governadas pelo PSD, tiveram que fazer orçamentos sem saber que valores que a Câmara pretende transferir” e um mês depois do início do ano continuam “sem saber o que a Câmara pensa nesta matéria”.

“Não pode parecer que a Câmara quer secar em ano eleitoral o financiamento às Juntas de freguesia. Entrámos no ano com o mesmo topo de desrespeito pelas juntas que sucedeu no ano passado”, afirmou.

Segundo o deputado municipal, o executivo transferiu a 31 de Dezembro de 2008 parte substancial das verbas destinadas às Juntas no âmbito da delegação de competências do ano passado.



Saldanha Serra sublinhou que, caso o executivo camarário não dê respostas aos presidentes de junta até à próxima reunião da Assembleia (dia 17 de Fevereiro), “não pode esperar que o PSD tenha uma atitude muito positiva de relacionamento”.

“O PSD tem tido uma postura de oposição construtiva” mas “podemos passar a ter uma atitude só de oposição”, disse, sem querer especificar em que é que essa mudança de comportamento se pode vir a materializar.

Questionado sobre se o PSD está a ameaçar chumbar projectos estruturantes do executivo, Saldanha Serra respondeu que “não se trata de uma ameaça” mas de uma “alteração de postura” por parte dos sociais-democratas.

“O presidente António Costa, o PS e o vereador Sá Fernandes não podem es-

perar que o PSD tenha uma determinada postura institucional perante a Câmara, que depois não tem espelho na postura de relacionamento da Câmara com as Juntas”, argumentou.

O líder da bancada do PSD quer que “a Câmara dialogue com as juntas de freguesia” e “garanta as competências que tem de garantir no tempo apropriado para serem bem aproveitadas a favor dos fregueses”.

A Lusa tentou contactar o vice-presidente da Câmara, Marcos Perestrello (PS), responsável pelo relacionamento com as Juntas, o que não foi possível em tempo útil.

- Fontes: Gab. PSD na AM; Lusa



Notícias do Porto

Câmara presente na segunda edição do “Fórum Cultura e Criatividade” 2009



A Câmara Municipal do Porto esteve presente na I Feira de Museus e Património e I Feira Internacional de Arte, Cultura e Indústrias Criativas, ambas integradas na segunda edição do Fórum Cultura e Criatividade 2009 (FCC09), a realizar na Exponor, de 5 a 8 de Fevereiro 2009.

Aspectos do património e a actividade desenvolvida pela CMP nos domínios da preservação e divulgação estavam em realce no stand da autarquia presente na I Feira de Museus e Património, certame que visa mostrar o enorme potencial para a criação de riqueza, emprego e sustentabilidade na Região Norte.

Em paralelo realizaram-se duas conferências dedicadas à “Conservação do Património em Contexto Autárquico”, iniciativa da Área Metropolitana do Porto (AMP), e “O mercado dos Museus e o Ensino Superior”, do International Council of Museums - PT. A AMP, através do Conselho Metropolitano dos Vereadores da Cultura, promoveu o seminário em que o objectivo era a troca de experiências e conhecimentos sobre esta temática, cuja actualidade é considerada da maior importância, analisando e discutindo

exemplos da actividade autárquica no domínio da conservação do património em vertentes como a formação, modelos organizativos, planeamento, parcerias e financiamentos.

O primeiro dia foi dedicado a uma abordagem do ponto de vista do planeamento e, o segundo, à apresentação de projectos ou iniciativas levados a cabo por municípios da Área Metropolitana do Porto que possibilitem a apresentação técnica de acções desenvolvidas nas mais diferentes abordagens do património cultural.

Escola EB 2,3 do Viso com pavilhão gimnodesportivo no próximo ano lectivo

A construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB 2,3 do Viso, que se iniciou em Dezembro, deverá estar concluída em Julho. A garantia é da Empresa Municipal de Gestão de Obras Públicas (GOP) da Câmara Municipal do Porto.

A obra, que representa um investimento global superior a um milhão de euros integralmente custeado pela CMP, engloba a criação de um espaço despor-

tivo para a prática das modalidades de futsal, voleibol, andebol e basquetebol, balneários, arrecadação para material desportivo, sala de ginástica, gabinete médico e bancada para espectadores.

Rui Rio inaugura estruturas modulares oferecidas pela Soares da Costa à EBI de S. João da Foz

O Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, acompanhado pelo Vereador da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, e o Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Grupo Soares da Costa, Pedro Gonçalves, deslocaram-se à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de S. João da Foz, para assistirem ao lançamento do programa de voluntariado “Sou Capaz”.

O projecto está integrado na política de responsabilidade social daquela empresa e conta com o apoio da CMP. Através deste projecto, a Soares da Costa recolheu cerca de 2000 livros entre os seus colaboradores, que foram agora foram distribuídos por 43 escolas e jardins-de-infância da rede pública da cidade, mais concretamente pelo Departamento Municipal de Educação e Juventude (DMEJ), reforçando assim o acervo documental dos estabelecimentos de ensino.

Na cerimónia foram ainda entregues, simbolicamente, as chaves de duas estruturas modulares, onde funcionarão um polivalente de apoio às actividades de enriquecimento curricular e a biblioteca da escola. As EBI de Ribeiro de Sousa, S. Roque e da Constituição serão também contempladas com espaços polivalentes de apoio às actividades lectivas, no âmbito do projecto.

A pintura do logótipo do projecto nas estruturas modulares das diferentes escolas, pelos voluntários da empresa e

do DMEJ, têm proporcionado não só um ambiente mais colorido aos espaços como a interacção e aproximação dos colaboradores da empresa, às crianças e à comunidade educativa.

O Presidente da CMP sublinhou a importância desta parceria. “Quando as empresas têm preocupações de desempenhar um papel social e chamar os seus colaboradores para esse tipo de actividades, a CMP tem mais é que apoiar e colaborar”, afirmou Rui Rio, acrescentando: “É notório o que temos vindo a fazer na Educação. Não é por obra do Criador, não há nenhuma regra escrita nas estrelas. Muito contentes ficamos quando as empresas estão envolvidas com a autarquia. Estamos no bom caminho”.

Rui Rio não deixou de lembrar também a independência criada, logo no primeiro mandato, entre o poder político e alguns sectores que “quase mandavam no poder político”. “Nesse âmbito, cheguei a fazer algumas críticas públicas à ‘Soares da Costa’. Por isso, é um gosto particular estar aqui, conjuntamente com a empresa, a apresentar um importante projecto, numa relação saudável”, acrescentou.

Pedro Gonçalves sublinhou igualmente as preocupações que a empresa tem, actualmente, com a comunidade, no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade. “Não basta ser uma empresa rentável, ter uma gestão moderna. Cada vez mais, damos algo de nós próprios e da empresa para o bem comum”, afirmou o presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Grupo Soares da Costa.

Projecto “Sou Capaz”

O projecto “Sou Capaz”, no âmbito da política de responsabilidade social da Soares da Costa, em parceria com a CMP, através do Departamento Muni-



pal de Educação e Juventude (DMEJ), desenvolve-se em duas fases distintas. A primeira visou a recolha de livros pelos colaboradores voluntários da empresa, para serem distribuídos pelas Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância da rede pública da cidade através do DMEJ e a instalação de estruturas modulares em quatro EB1, sob orientação e de acordo com as necessidades definidas pela DMEJ, no âmbito da reorganização da rede escolar.

Na segunda fase foi atribuído um fundo documental às escolas e jardins-de-infância sem biblioteca escolar integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), no pressuposto de que estes estabelecimentos têm um fundo documental de maior extensão, pelo reforço do mesmo aquando da sua integração na RBE.

Ciclo de conferências sobre “Cidadania e Educação” juntou dezenas de pessoas na Gomes Teixeira

A primeira conferência do ciclo “Cidadania e Educação”, promovida no âmbito do programa educativo municipal “Porto de Futuro”, teve lugar na passada sexta-feira na EB 2/3 Gomes Teixeira. Organizada pela parceria Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira / BA Vidro, este primeiro encontro contou com Nuno Crato com orador convidado. O Presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática e autor de várias obras de divulgação científica e também de reflexão acerca da educação atraiu dezenas de interessados àquele estabelecimento de ensino.

Na assistência encontrava-se também o Vereador do Pelouro da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, o Presidente do Conselho de Administração da BA Vidro, Carlos Moreira da Silva, acompanhado de Jorge Alexandre Ferreira e Rita Domingues, outros responsáveis da empresa, o Presidente da Associação de Pais e vários Professores e Encarregados de Educação.

Durante a sua palestra Nuno Crato defendeu que o futuro do País vai depender do que é hoje a Escola e alertou ainda para a necessidade de valorizar a educação. Explicar aos alunos e também aos pais a importância de estudar e prosseguir os estudos é a solução encontrada por este professor universitário, que documentou a sua tese recorrendo a alguns relatórios que reforçam o facto de uma maior escolaridade permitir o acesso a actividades profissionais melhor remuneradas. Segundo Nuno Crato, “quanto maior for

o nível de escolaridade e qualificação, maior é a probabilidade de alcançar uma carreira profissional bem remunerada e um melhor estilo de vida”.

E se este é um argumento de peso, o do saber em si não é menor. “O saber pelo saber é um valor importante”, afirmou, repudiando a ideia de que o saber tem que ter uma aplicabilidade imediata. O orador desta primeira conferência apontou ainda como um dos maiores erros na educação, o recurso abusivo à ludicidade nas aprendizagens. “Nem tudo tem que ser lúdico e não há que ter medo de dizer ao aluno que é preciso fazer um esforço e que aquilo vai dar trabalho a aprender”, sublinhou.

O Professor Nuno Crato enfatizou ainda o papel basilar dos pais na educação dos seus filhos, incutindo-lhes o hábito de estudar, estando atentos às suas aptidões e tentando desenvolvê-las através do acompanhamento da sua vida académica.

A próxima conferência, destinada aos alunos, está agendada para o dia 11 de Março, com António Lobo Xavier. Dia 22 de Abril, e aberta a toda a comunidade, o convidado é Marcelo Rebelo de Sousa.

Junta Metropolitana do Porto Para já: Impasse do Metro desbloqueado

Os representantes da Junta Metropolitana do Porto (JMP) no Conselho de Administração da Metro, aceitaram votar uma deliberação que visa desbloquear o impasse a que se chegou sobre a construção das futuras linhas do Metro do Porto, na sequência do não cumprimento por parte do Governo do Memorando de Entendimento assinado em Maio de 2007.

Para não agravar a mais do que evidente fractura que resultaria de uma eventual votação no Conselho de Administração do Metro, em torno das novas datas para o avanço do projecto, os autarcas decidiram, em conjunto com a restante administração, votar um novo documento, a que o Presidente da JMP chamou a “solução possível” e que define um conjunto de novas linhas orientadoras e prazos para o futuro do Metro.

Assim, o Conselho de Administração da Metro deliberou uma base de entendimento que preconiza o avanço de algumas obras. É o caso da futura linha de Gondomar 1 (Estádio do Dragão-Venda Nova) e da extensão da linha amarela a Santo Ovídio (Vila Nova de Gaia), a adjudicar em Fevereiro. A deliberação prevê ainda o lançamento, em Março, do concurso para a Linha da Trofa, em via



dupla, concluído que esteja o projecto de execução. No caso da Trofa, Rui Rio considerou mesmo que esta decisão é aquela que mais se aproxima do cumprimento do Memorando assinado com o Governo, ao contrário do que acontece com a linha da zona ocidental do Porto, que acabou por cair, tendo agora ficado dependente de novos estudos, e adiada para um novo concurso, a lançar em Setembro.

Segundo o documento, ficou igualmente assente incluir num concurso único para a subconcessão da construção/manutenção pesada, a lançar até ao fim do terceiro trimestre (até Setembro), reunidas que estejam as condições técnicas, as linhas da Zona Ocidental do Porto; Matosinhos Sul-S.Bento; Pólo Universitário-Vasco da Gama; Gondomar-Valbom-Campanhã e extensão da linha Santo Ovídio-Laborim, reformulada de forma a servir o Hospital de Vila Nova de Gaia e Vila d’Este.

O Presidente da Junta garantiu que também foi aceite que “o Conselho de Administração da Metro irá passar a fazer uma ligação muito estreita aos municípios, sendo este princípio válido para todas as linhas”.

Grupo de Acompanhamento dos estudos para o traçado da linha da Zona Ocidental do Porto

De forma a tentar definir um traçado para a linha da Zona Ocidental do Porto, e dada a sua recente politização, foi deliberado constituir um grupo de trabalho com elementos da Metro e da Câmara Municipal do Porto que irão analisar os estudos existentes e acompanhar os que estão em fase de elaboração. Desse grupo, que deverá procurar consensualizar posições, farão parte o administrador da Metro, Jorge Delgado, e o Vereador do Urbanismo e Mobilidade da CMP, Lino Ferreira, comprometendo-se as partes a indicar mais dois elementos, cada uma, no mais breve espaço de tempo.

JMP discorda, total e frontalmente, da opinião do Secretário de Estado das Obras Públicas

Sobre o futuro do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, nomeadamente sobre a discussão em torno do seu modelo de gestão, a JMP afirmou hoje que discorda, total e frontalmente, da opinião expressa, recentemente, no Porto, pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo

Campos, que defendeu que “os aeroportos em Portugal devem ser geridos em rede. A JMP aceitará esse pressuposto se, entretanto, tal significar que o Governo não privatizará a ANA e, num horizonte breve, não construirá o novo Aeroporto de Lisboa. Nessas condições não haverá razão para continuar a lutar por uma gestão autónoma”, disse o Presidente da JMP, acrescentando: “Mas porque acreditamos que o Governo quer privatizar a ANA, nesse sentido, a JMP discorda da opinião do secretário de Estado. Pensamos ser apenas uma opinião pessoal. Se fosse a do Governo seria muito mau”.

Entretanto, a Junta decidiu alargar as sessões de esclarecimento sobre a futura gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, e depois do debate realizado no Europarque, no distrito de Aveiro, às restantes capitais de distrito do Norte, ou seja, Bragança, Vila Real, Braga e Viana do Castelo.

A JMP decidiu também felicitar a Federação Académica do Porto (FAP) pela petição on-line de apoio a uma gestão autónoma daquela infra-estrutura aeroportuária e que tem o apoio inequívoco da Junta.

Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

A JMP analisou também a Lei da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) e quer ver esclarecido o seu sistema de financiamento. Segundo Rui Rio, “o que a lei diz é vago, ou seja, que o financiamento caberá ao Governo, juntas metropolitanas e autarquias. É insustentável que sejam as autarquias e a Junta Metropolitana a financiar, em larga escala, o sistema financeiro daquele órgão”.

Para que a JMP indique os 16 membros (um por cada concelho da AMP) para o Conselho Consultivo, seis para o Conselho Geral e dois administradores para a AMTP, “é preciso que se clarifique qual é a responsabilidade financeira da JMP e dos municípios. Podemos estar a falar de valores inoportáveis para os municípios, se o desejo for o de um financiamento efectivo na AMTP. Caso contrário, e se passar por uma quota ou valor de carácter simbólico, o problema já não se põe”, acrescentou o Presidente da JMP.

A Junta decidiu, entretanto, nomear como seu representante no Conselho Consultivo de Obras Públicas Transportes e Comunicações o presidente da Câmara Municipal de Arouca, Artur Neves.

Transferência de competências para os municípios na área da Educação

A JMP irá, em breve, apresentar uma proposta de protocolo à Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), para a transferência de competências para os municípios na área da Educação, que seja válido para toda a Área Metropolitana, independentemente, depois, de cada um dos municípios negociar a sua situação concreta. “Há situações completamente distintas entre os municípios. O que se pretende é que haja regras base a este nível”, sublinhou Rui Rio. - CM Porto e JM Porto



Angra do Heroísmo

JSD apela ao “consenso” no Terreiro de São Mateus



O líder da JSD/Açores sustentou esta tarde a necessidade de “uma posição de consenso e equilíbrio” na intervenção prevista para a orla costeira da freguesia de São Mateus da Calheta (ilha Terceira), nomeadamente no tocante à zona do Terreiro de São Mateus.

Numa visita efectuada ao local, onde recentemente uma concentração de surfistas e bodyboarders apelou à manutenção da onda que ali se forma, Cláudio Almeida defendeu que “uma intervenção na zona é importante para a freguesia e para a manutenção da muralha existente, mas não se deve esquecer a prática desportiva, do surf e do bodyboard, que também valorizam São Mateus”.

Segundo o jovem social-democrata é importante “que haja um consenso na intervenção que for levada a cabo na zona”, de forma “a que a obra se faça em condições e que prevaleçam as características originais de uma onda que é referenciada em guias internacionais”, explicou Cláudio Almeida. -JSD/Açores

JSD/Terceira “discutiu” ideologias políticas

O vice-presidente do PSD/Açores Clélio Meneses foi o orador convidado na primeira iniciativa do “Fórum Parlamento”, um certame que a JSD/Terceira leva a cabo no sábado passado pelas 19h30, na sede do grupo de teatro “Alpendre”, em Angra do Heroísmo.

“Ideologias Políticas” foi o mote dado pela estrutura jovem do PSD ao vice-presidente do grupo parlamentar laranja no plenário açoriano, numa intervenção “que se pretendeu interactiva com o público”, mas também tendo a função de “formar os próprios militantes locais sobre os princípios da actividade política”, referiu o líder da JSD/Terceira.

Segundo Luís Carneiro, “os jovens estão, actualmente, arredados do debate político, daí que desconheçam mesmo alguns dos seus fundamentos”, explica. As ideologias “dos diferentes partidos, o que nos distingue sendo de esquerda ou de direita e o que é ser-se “jota” “, são alguns dos temas que o deputado do PSD/Açores tratou.

Numa iniciativa aberta ao público em geral, Luís Carneiro afirmou que “esta foi uma forma acessível e directa de se observar o fenómeno político, ainda mais sendo feita através de uma pessoa com bastante experiência e provas dadas, caso de Clélio Meneses, o que muito enriqueceu o debate”, concluiu. - JSD/Açores



Notícias dos Açores

Cláudio Almeida visitou ilha do Pico



O líder da JSD/Açores visitou no passado fim-de-semana a ilha do Pico, no âmbito da iniciativa “Ir ao encontro da juventude açoriana”, que vai levar o responsável social-democrata às nove ilhas do arquipélago durante o primeiro trimestre deste ano.

Cláudio Almeida reuniu-se com militantes e dirigentes da JSD na ilha, nomeadamente com os novos órgãos concelhias da organização de juventude na Madalena.

O líder dos jovens social-democratas visitou, também, obras municipais em São Roque do Pico e almoçou com jovens da ilha e com o presidente da câmara municipal de São Roque, Luís Filipe Silva.

Na visita ao Pico, o presidente da JSD/Açores, acompanhado pelos dirigentes regionais Hugo Rombeiro e Rómulo Ávila, defendeu a necessidade de “incluir jovens nas listas e propostas para a juventude nas eleições autárquicas”.

Cláudio Almeida aproveitou, ainda, a ocasião para realçar a importância da reeleição de Duarte Freitas para o Parlamento Europeu e presidiu ao lançamento da nova versão do manual das associações de estudantes, da responsabilidade do gabinete do ensino secundário da JSD/Açores, coordenado por Denise Almeida.

A visita ao Pico foi a segunda no âmbito da iniciativa “Ir ao encontro da juventude açoriana”, após a deslocação à ilha de São Jorge.



Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro, para reunir, extraordinariamente e a pedido da CPS, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1.º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único – Proceder a eleição conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 50 dos Estatutos do PSD

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia da Batalha, sito no Edifício da Junta, Rua Infante D. Fernando, n.º 432, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Eleições 2009
2 – Outros assuntos de interesse

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Votos de Pesar
3 – Relatório e contas de 2008
4 – Orçamento para 2009
5 – Estratégia eleitoral autárquica 2009
6 – Aprovação do candidato à Câmara Municipal
7 – Análise da situação política e partidária
8 – Outros assuntos de interesse

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção

de Guimarães, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita no Largo do Tourel, n.º 125 – 1.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Análise da situação político-partidária
3 – Análise, discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2008
4 – Outros assuntos

MONFORTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Monforte, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 15h00, na sede da Junta de Freguesia de Monforte, sita na Rua da Circunvalação, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Análise da situação política local e nacional

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 18 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Aprovação das contas referentes ao exercício de 2008
3 – Eleições autárquicas 2009
4 – Análise da situação política local e nacional

NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Nelas, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 20h30, no edifício Multiusos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Tomada de posse da nova Comissão Política no biênio 2008/2010
2 – Leitura aprovação da acta da Assembleia anterior
3 – Análise da situação política actual
4 – Outros assuntos de interesse do Partido

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do

PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Azeméis para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2009, (Sábado) pelas 21h00, na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalho:
1 - Informações gerais.
2 - Aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2008.
3 - Análise e discussão da situação político partidária

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, no Auditório Municipal de Penafiel, sito no Parque de Exposições, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Discussão e votação das contas relativas ao ano de 2008
2 – Análise da situação política

PONTE DE SÔR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Sôr, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, (sábado) pelas 20h30, na sede, sita na Rua D. João de Deus, 18 – 1.º A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua Miguel Bombarda, n.º 8, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem

estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

As urnas estão abertas das 21h30 às 23h30

SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santiago do Cacém, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 15h00, na sede concelhia, sita no Largo Almeida Garrett, n.º 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único – Apresentação da candidatura às Autárquicas 2009 e sua votação

SECÇÃO B - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção B - Lisboa, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Campo Pequeno, 16 – 3.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Apreciação e votação das contas relativas ao ano de 2008
3 – Apreciação e votação do orçamento para o ano de 2009~
4 – Análise do processo eleitoral autárquico
5 – Análise da situação política

SECÇÃO I - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção I - Lisboa, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 16h30, na sede, sita na Rua da Assunção n.º 42, 2.º andar sala 8/9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Aprovação do relatório de Contas de 2008
2 – Análise da situação política

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir, extraordinariamente, no próximo dia 02 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua do MFA, n.º 11 – Paivas - Amora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
1 – Informações
2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e apro-



var o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão política (artigo 50º alínea f)

3 – Análise da situação político partidária

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira), pelas 21H00, na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, sita na Av. D. Nuno A. Pereira, 119, no Seixal, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Aprovação de Orçamento 2009
 - 3 - Aprovação de Contas 2008
 - 4 - Análise da Situação Político - Partidária

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 22h00, na sede, sita na Rua 9 de Abril, 1 – 3º Dtº, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
 - 2 – Apreciação e votação do relatório de contas de 2008 e do orçamento para 2009
 - 3 – Análise da situação político – partidária
 - 4 – Outros assuntos

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede concelhia, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único – Eleição para os órgãos concelhios
- Mesa da Assembleia Concelhia
 - Comissão Política concelhia de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

As urnas estão abertas das 20h00 às 23h00



ALGÉS

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD – Juventude Social Democrata, convoco os militantes para reunirem em Plenário, na sede do PSD de Algés sita na Av. Carolina Michaelis, Lote 72 – B

2795 Linda-a-Velha, no dia 15 de Março de 2009, pelas 18 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Secção de Algés/Carnaxide

(João Miguel Saraiva Annes)

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção de Mafra da JSD Lisboa, para reunir no próximo dia 13 de Março na sede da Secção, sita no Terreiro D. João V n.º 61 2.º A, 2644-010 Mafra, pelas 21.30 (vinte e uma horas e trinta minutos) horas, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD;

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 2 (duas) horas

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD

(Sérgio Freire de Azevedo)

NÚCLEO DE FREGUESIA DA JSD DA MAMARROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Juventude Social Democrata da Freguesia da Mamarrosa, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, pelas 20:00h, na sede da Junta de Freguesia da Mamarrosa, Rua da Banda Filarmónica da Mamarrosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de candidaturas às eleições do Núcleo de Freguesia da Mamarrosa.

2 - Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo de Freguesia da JSD da Mamarrosa.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatu-

tariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 20:00h às 21h:00m.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)

NÚCLEO DE FREGUESIA DA JSD DA PALHAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Juventude Social Democrata da Freguesia da Palhaça, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, pelas 21:30h, na sede da Junta de Freguesia da Palhaça, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de candidaturas às eleições do Núcleo de Freguesia da Palhaça.

2 - Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo de Freguesia da JSD da Palhaça.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 21:30h às 22h 30m.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)

NÚCLEO DE FREGUESIA DA JSD DE BUSTOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Juventude Social Democrata da Freguesia de Bustos, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, pelas 20:00h, na sede da Junta de Freguesia de Bustos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de candidaturas às eleições do Núcleo de Freguesia de Bustos.

2 - Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo de Freguesia da JSD de Bustos.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 20:00h às 21h:00m.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)

NÚCLEO DE FREGUESIA DA JSD DE OIÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Juventude Social Democrata da Freguesia de Oiã, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, pelas 18:30h, na sede da Junta de Freguesia de Oiã, sita na Rua 30 de Junho, n.º 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de candidaturas às eleições do Núcleo de Freguesia de Oiã.

2 - Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo de Freguesia da JSD de Oiã.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 18:30h às 19h:30m.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)

NÚCLEO DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Juventude Social Democrata da Freguesia de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2009, pelas 21:30h, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 - 218 Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de candidaturas às eleições do Núcleo de Freguesia de Oliveira do Bairro.

2 - Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo de Freguesia da JSD de Oliveira do Bairro.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, nº 67, 1º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 21:30h às 22h 30m.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)